

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
ESCOLA DE BIBLIOTECONOMIA

HUGO NUNES DE SOUSA

AVALIAÇÃO EM BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS: A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS AUXILIARES AO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES A PARTIR DE PADRÕES GERAIS DE USO.

RIO DE JANEIRO
2017

HUGO NUNES DE SOUSA

AVALIAÇÃO EM BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS: A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS AUXILIARES AO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES A PARTIR DE PADRÕES GERAIS DE USO.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof.^a. Dr^a. Simone da Rocha Weitzel.

RIO DE JANEIRO

2017

S725 Sousa, Hugo Nunes de

Avaliação em bibliotecas especializadas: a construção de instrumentos auxiliares ao desenvolvimento de coleções a partir de padrões gerais de uso / Hugo Nunes de Sousa. – 2017.

62 f.

Orientadora: Simone da Rocha Weitzel.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

1. Avaliação de Coleções. 2. Estudo de circulação. I. Weitzel, Simone da Rocha. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. III. Título.

CDD 025.1

HUGO NUNES DE SOUSA

AVALIAÇÃO EM BIBLIOTECAS ESPECIALIZADAS: A CONSTRUÇÃO DE INSTRUMENTOS AUXILIARES AO DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES A PARTIR DE PADRÕES GERAIS DE USO.

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Biblioteconomia.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 2017.

Banca examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Simone da Rocha Weitzel (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Jaqueline Santos Barradas
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares: Mauro, Cathy, Marisa, Lais e Bruna, por todos os ensinamentos, por me proporcionar um ambiente familiar de amor e carinho; e, sobretudo, pelo apoio incondicional em todos os momentos, que me dão a oportunidade de me manter firme na busca de meus objetivos.

Agradeço a minha companheira, Thayane, pelo amor que me ergue nos momentos mais difíceis, tornando-se a minha força em busca de um futuro melhor ao seu lado.

Aos professores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), que foram de suma importância para meu crescimento intelectual e profissional.

Agradeço a professora Simone Weitzel, pela orientação tão atenciosa, pelo profissionalismo, pela didática exemplar e pelo comprometimento com seus alunos. Todas estas qualidades tornaram este trabalho uma das experiências mais gratificante e inspiradoras no meu período como discente.

Agradeço aos bibliotecários do meu atual estágio: Alessandra, Andreia, José Gustavo, Kelly, Stéphanie e Thiago, que me proporcionaram a melhor experiência profissional que tive até então. A alegria, a fraternidade, a simpatia, o profissionalismo e a inteligência de cada um de vocês são uma grande inspiração e uma fonte de orgulho pela profissão.

RESUMO

Tem por objetivo verificar empiricamente a existência de padrões de uso de coleções descritos por Slote (1997), Lancaster (2004) e Evans (2005), através do estudo de circulação de uma biblioteca jurídica. Busca demonstrar os benefícios destes padrões de uso quando aplicados como instrumentos auxiliares aos processos avaliação em uma biblioteca especializada. Verifica que as metodologias de avaliação de bibliotecas, estão em grande parte voltadas para bibliotecas universitárias e públicas, e, portanto, destaca a carência de estudos qu'e orientem mais adequadamente a avaliação de bibliotecas especializadas. Demonstra a aplicação do método de análise de uso relativo, descrito por Lancaster (2004). Demonstra a aplicação do método de análise do tempo de estante, descrito por Slote (1997). Como resultados, verifica a existência de padrões gerais de uso na biblioteca em análise, identifica as classes de assuntos inadequadas às necessidades dos usuários, define empiricamente um período ideal de tolerância para ausência de usos dos livros, demonstra o nível de obsolescência das classes de assuntos, verifica a necessidade de revisão dos critérios de seleção de algumas classes de assunto.

Palavras-chave: Avaliação de bibliotecas. Biblioteca especializada. Desenvolvimento de coleções. Padrões gerais de uso. Uso relativo

ABSTRACT

The objective of this study was to verify empirically the existence of collections usage patterns described by Slote (1997), Lancaster (2004) and Evans (2005), through a study of the circulation of a legal library. It seeks to demonstrate the benefits of these usage patterns when applied to ancillary tools to evaluation processes in a specialized library. It notes that library assessment methodologies are largely geared toward university and public libraries, and therefore highlights the lack of studies to better guide the evaluation of specialized libraries. It demonstrates the application of the relative use analysis method described by Lancaster (2004). It demonstrates the application of the shelf-time analysis method described by Slote (1997). As a result, it verifies the existence of general patterns of use in the library under analysis, identifies the classes of subjects inadequate to the needs of the users, empirically defines an ideal period of tolerance for the absence of uses of the books, demonstrates the Level of obsolescence of the classes of subjects, Verifies the need to revise the selection criteria of some subject classes.

Keywords: Library evaluation. Specialized library. Collection development. Usage Patterns. Relative Usage

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – As atividades de uma biblioteca	8
Ilustração 2 – Modelo básico de um sistema de informação.....	10
Ilustração 3 – Algumas medidas de insumos, produtos e comunidade, e inter-relações entre elas.....	11
Ilustração 4 – Representação do fenômeno “viés das estantes”.....	22
Gráfico 1 – Análise comparativa de circulação anual.....	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de exemplares por classes em 2016.....	30
Tabela 2 – Análise de uso anual.....	34
Tabela 3 – Análise do uso relativo.....	38
Tabela 4 – Análise do tempo de estante.....	42
Tabela 5 – Nível de obsolescência.....	43
Tabela 6 - Causas da subutilização.....	46

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	JUSTIFICATIVA	2
3	OBJETIVOS	3
3.1	OBJETIVO GERAL.....	3
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	3
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
4.1	AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS.....	4
4.2	OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS.....	5
4.3	OBJETOS DA AVALIAÇÃO.....	7
4.4	DIFERENÇA ENTRE MEDIR E AVALIAR.....	11
4.5	QUALIDADE DE ACERVOS.....	12
4.6	MÉTODOS DE AVALIAÇÃO.....	13
5	ESTUDOS DE CIRCULAÇÃO	18
5.1	VALOR <i>VERSUS</i> DEMANDA.....	19
5.2	PADRÕES GERAIS DE USO.....	19
5.3	USO RELATIVO.....	20
5.4	CORE COLLECTION E NON-CORE COLLECTION.....	23
6	CAMPO EMPÍRICO	26
6.1	A BIBLIOTECA “X”	26
6.2	METODOLOGIA.....	27
7	RESULTADOS	30
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
	REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que gerir qualquer processo, instituição ou até nossas vidas é e sempre será um grande desafio. Neste cenário não é de se surpreender que jovens bibliotecários ou até os mais experientes encontrem dificuldades em gerenciar suas unidades de informação. Logo tal competência, que está envolvida em todos os aspectos de uma biblioteca, pode significar total sucesso ou fracasso. Mesmo o profissional mais experiente não conseguirá gerir eficientemente a formação e manutenção de uma biblioteca apenas com a intuição. Caso contrário, correrá o risco de construir um acervo que não atende às expectativas da comunidade e de trazer prejuízos financeiros à instituição mantenedora com investimentos mal planejados.

Lancaster (2004, p. 15) destaca que a avaliação é de fato um elemento essencial da administração bem-sucedida de qualquer empreendimento. Para o autor, “o crescimento saudável implica na adaptação às condições constantemente mutáveis, e a adaptação implica na avaliação para determinar que mudanças precisam ser feitas e qual a melhor maneira de fazê-las” (LANCASTER, 2004, p. 15)

Contudo, Igami (2003, p. 16), ao percorrer a literatura nacional em Biblioteconomia e Ciência da Informação, observou que há escassez de trabalhos dedicados à avaliação em bibliotecas especializadas. Para a autora, os poucos estudos nacionais, embora relevantes, têm suas metodologias voltadas massivamente às bibliotecas públicas e universitárias – destacando os pioneiros estudos de Oberhofer (1981), Luz (1989) e Almeida Júnior (1999). Da mesma forma, nos estudos de Slote (1997), Lancaster (2004) e Evans (2005) – algumas das principais referências sobre o tema – os métodos e exemplos empregados também são, em grande parte, aplicados em bibliotecas universitárias e públicas.

Além disso, não há garantias que os padrões e métodos aplicados em literaturas estrangeiras surtirão os mesmos resultados em nível nacional e nem em todos os tipos e especialidades de bibliotecas.

Por isso, observa-se claramente a necessidade de estudos mais aprofundados sobre avaliação de bibliotecas especializadas em nível nacional, tendo em vista a identificação de possíveis readequações que aprimorem os métodos à realidade de nossas bibliotecas e à cultura de nossos usuários.

2 JUSTIFICATIVA

Apesar da formação interdisciplinar do bibliotecário, conhecer as demandas de uma área do conhecimento, assim como definir os critérios de profundidade e relevância dos assuntos abrangidos, são tarefas complexas que necessitam de um estudo prévio aprofundado. Por exemplo, como saber qual classe será mais demandada em uma biblioteca especializada em nanotecnologia? Isso, sem dúvidas só poderá ser respondido com o estudo da comunidade a ser atendida e o subsídio de bons instrumentos auxiliares de seleção.

Porém, bons instrumentos auxiliares de seleção – como, por exemplo: bibliografias-padrão e estudos bibliométricos de citações, os quais também são empregados em métodos de avaliação de coleções por simulação de demanda – muitas vezes são comercializados com um alto custo e nem todas as bibliotecas têm recursos para adquiri-los.

Em contrapartida, estudos de circulação da coleção podem ser efetuados com um custo mínimo, oferecendo subsídios de grande qualidade, já que “com os atuais sistemas de circulação baseados em computador, os dados de uso se tornam relativamente fáceis e baratos de se reunir.” (EVANS, 2005, p. 326, tradução nossa).

Além disso, “os sistemas informatizados permitem uma análise dos padrões de circulação baseada em dados exaustivos coletados durante um período de tempo considerável” (LANCASTER, 2004, p. 54).

Tendo em vista esses aspectos e contextos apresentados emergem as seguintes questões de pesquisa: (1) qual seria a forma mais adequada para se empregar eficientemente os dados de circulação disponíveis em bibliotecas para a construção de instrumentos auxiliares de avaliação? Bem como, (2) qual seria a contribuição dos padrões de circulação descritos por Slote (1997), Evans (2005) e Lancaster (2004, p. 54) em bibliotecas especializadas? Os resultados dessa avaliação podem promover ajustes no processo e política de desenvolvimento de coleções especialmente nos processos de seleção e desbastamento.

3 OBJETIVOS

Diante da questão de pesquisa proposta, foram traçados o objetivo geral e os objetivos específicos:

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral deste trabalho é verificar, através de um estudo da circulação, a existência de alguns padrões de uso descritos por Slote (1997), Evans (2005) e Lancaster (2004) bem como de seus benefícios quando aplicados como instrumentos auxiliares aos processos avaliação em uma biblioteca especializada.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Realizar uma análise quantitativa do acervo, verificando a atual distribuição de exemplares por classes em uma biblioteca real (Biblioteca "X").
- b) Analisar o uso da coleção, identificando as classes de assuntos mais e menos demandadas pelos usuários;
- c) Verificar se existe alguma previsibilidade no uso do acervo por parte dos usuários;
- d) Verificar se a quantidade de exemplares de cada classe encontra-se adequada em relação à demanda, por meio da análise do uso relativo, identificando as classes superutilizadas, subutilizadas e normais;
- e) Definir, através de métodos empíricos, um tempo de tolerância para retenção de itens sem utilização por longos períodos para orientar o desbastamento;
- f) Identificar o nível de obsolescência do acervo, assim como o de cada classe de assuntos.
- g) Identificar se há necessidade de revisão dos critérios de seleção.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção será apresentado todo o suporte teórico que motivou este estudo e possibilitou o alcance dos objetivos propostos.

4.1 AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS

Para Lancaster (2004, p. 2) a avaliação de uma biblioteca deve ser estruturada sempre a partir de sua interface entre os recursos de informação disponíveis e a comunidade de usuários a ser servida. Portanto, para o autor, “qualquer avaliação a que uma biblioteca seja submetida deve se preocupar em determinar em que medida ela desempenha com êxito esta função de interface. ”

Segundo Figueiredo (1993, p. 75), “toda biblioteca existe principalmente para servir às necessidades de sua própria comunidade de usuários”. Deste modo, “uma avaliação completa da biblioteca destina-se principalmente a mostrar o quão bem ela serve a estas necessidades. “

Segundo Lancaster (2004, p. 20), o que efetivamente se busca em uma avaliação é determinar o que a biblioteca deveria possuir e o que não deveria possuir, mas possui. Para isto deve-se ter em vista “fatores de qualidade e adequação da literatura publicada, sua obsolescência, as mudanças de interesses dos usuários e a necessidade de otimizar o uso de recursos financeiros limitados”. (LANCASTER, 2004, p. 20)

Por isso, Lancaster (2006, p. 1) destaca, em uma visão mais gerencial, que a avaliação exerce um papel importante no processo decisório, no qual “reúne dados necessários para determinar quais dentre várias estratégias alternativas parecem ter mais probabilidade de obter o resultado almejado”. Ou seja, “uma avaliação é feita não como um exercício intelectual, mas para [...] solucionar problemas”. (LANCASTER, 2004, p. 1)

Da mesma forma, Homerding (2007, p. 19) considera a avaliação como “um recurso para a tomada de decisões”, pois fornece informações sobre fortalezas e fraquezas de serviços ou produtos.

Visto isso, é necessário aprofundar o entendimento sobre suas diversas finalidades e métodos pois “uma avaliação completa de uma biblioteca [...] é,

necessariamente, uma operação complexa e usualmente complicada. Requer “considerável [aprendizado] profissional para julgamento, e uma boa porção de tato” (FIGUEIREDO, 1993, p. 74).

Segundo Weitzel (2006, p. 36) a avaliação de bibliotecas “exige uma visão crítica e analítica da equipe com relação à biblioteca, pessoal habilitado em estatística, mensuração e pesquisa”.

Além disso, deve-se sempre “levar em consideração as metas estabelecidas pela biblioteca, seus objetivos, sua missão ou o que quer que seja que defina sua razão de ser, no contexto, quando cabível, das metas e objetivos mesmo sistema ao qual a biblioteca pertença. (FIGUEIREDO, 1993, p. 76)

Em resumo, a avaliação requer completo domínio para trazer segurança na sua interpretação, pois, para ter sentido, “[a avaliação deverá ter] aceitação firme dos resultados independentemente daqueles a quem possam atingir”. (FIGUEIREDO, 1993 apud WEITZEL, 2006, p.36)

Portanto, a partir deste ponto será abordado alguns dos principais conceitos que devem ser absorvidos pelo profissional da informação que atuará no processo de avaliação.

4.2 OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS

Podemos prever que planejar o processo de avaliação é uma das etapas mais relevantes do processo. Desta forma, Evans (2005, p. 315) destaca que antes de realizar qualquer avaliação, a biblioteca deve definir cuidadosamente os objetivos e metas do projeto, a fim de trazer maior facilidade à interpretação dos dados e, assim, minimizar o risco de possíveis diagnósticos equivocados.

Lancaster (2004, p. 5) também indica que “uma avaliação só deveria ser realizada tendo em vista objetivos definidos”. Para o Lancaster (2004, p. 8- 20), a avaliação de uma coleção, além de buscar definir o que a coleção deveria ou não possuir, tendo em vista “fatores de qualidade e de adequação da literatura publicada, sua obsolescência, as mudanças de interesse dos usuários e a necessidade de otimizar o uso de recursos financeiros limitados”, também busca:

- melhorar as políticas de desenvolvimento de coleções;
- melhorar as políticas relacionadas a períodos de empréstimo;

- melhorar as taxas de duplicação;
- embasar decisões relacionadas com o uso do espaço;
- estabelecer uma espécie de 'escala' para mostrar em que nível de desempenho o serviço está funcionando no momento;
- comparar o desempenho de várias bibliotecas ou serviços (mas para ser válida, implica num padrão idêntico de avaliação);
- justificar sua existência de um serviço de informação;
- identificar as possíveis causas de pedidos não atendidos ou ineficiência do serviço.

Nesse sentido, Evans (2005, p. 316 tradução nossa) defende que “é possível dividir os objetivos uma avaliação em duas grandes categorias: razões internas e razões externas”. O autor define que entre as razões internas, temos, por exemplo: basear o desenvolvimento de coleções e para justificar o orçamento anual. E entre as razões externas, temos: providenciar relatórios de desempenho para a instituição a que está vinculada, para auditorias ou para solicitações de fomento.

Deste modo, Evans (2005, p. 316-318) exemplifica alguns dos diagnósticos mais requeridos por cada categoria:

Razões internas:

- Qual é o verdadeiro escopo da coleção? (Ou seja, qual é a área do conhecimento que abrange?)
- Qual é a profundidade da coleção? (Ou seja, quais são as quantidades e tipos de matérias que constituem a coleção?)
- Como a comunidade usa a coleção? (Ou seja, o que é levado como empréstimo e o que circula internamente?)
- Qual o valor da coleção? (Isto é útil para possíveis contratos de seguro)
- Quais são as áreas mais fortes e mais fracas da coleção? (Em termos qualitativos e quantitativos)
- Existe algum problema na política de coleções? Se sim, quais mudanças devem ser feitas?
- Os bibliotecários envolvidos no desenvolvimento de coleções cumprem suas funções satisfatoriamente?

- Quais livros devem ser descartados e quais assinaturas devem ser canceladas?
- Qual a verba necessária para manter as áreas fortes da coleção, para fortalecer as fracas e investir outras melhorias?

Razões externas:

- Qual a performance da biblioteca é considerada ruim, adequada ou acima da média?
- Como é o desempenho da biblioteca comparado a outras bibliotecas correlatas?
- Há meios para expansão do espaço físico atual? Como?
- A coleção está obsoleta?
- A quantidade de duplicatas está apropriada?
- A média de custo-benefício esta razoável?

No entanto, seja qual for o a finalidade um processo de avaliação, o mais importante é ter em vista que “ a avaliação de um serviço de informação será um exercício estéril se não for com o objetivo de identificar meios de melhorar seu desempenho. ” (LANCASTER, 2006, p. 8)

Além disso, o planejamento do processo de avaliação não está vinculado apenas ao objetivo pretendido, mas também com o que será avaliado. Por isso, devemos ter também pleno conhecimento sobre as peculiaridades daquilo que se pretende avaliar.

4.3 OBJETOS DE AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS

Segundo Lancaster (2004, p. 1-3) uma representação das atividades da biblioteca pode oferecer ao avaliador um modo conveniente de focar o que pode ser avaliado (Ilustração 1). Deste modo, o autor define que um programa de avaliação deve examinar **insumos, produtos e resultados**.

Segundo Lancaster (2004, p. 1-3, grifo nosso), na biblioteca, os **insumos** são os recursos necessários para fornecer a existência de um serviço. O exemplo mais claro de insumos são os materiais bibliográficos, mas também podem ser quaisquer outros materiais necessários, tais como mobiliários, por exemplo. Para o autor, os

insumos são facilmente quantificáveis, “podem apenas ser avaliados em função do papel que representam na obtenção dos produtos desejados”. (LANCASTER, 2004, p. 1)

Lancaster (2004, p. 1-3, grifo nosso) também indica que todos os serviços que a biblioteca oferece são os **produtos**, como por exemplo, o serviço de empréstimo de livros, o serviço de referência, o serviço de disseminação seletiva da informação, entre outros. Segundo o autor, apesar dos **produtos** serem facilmente quantificáveis – pois facilmente pode-se obter a quantidade de documentos fornecidos, buscas realizadas, perguntas respondidas – devem também ser avaliados em termos qualitativos, ou seja, através da sua capacidade de atender a critérios pré-definidos.

Por fim, Lancaster (2004, p. 1-3) indica que os **resultados** desejados, em bibliotecas, são “os objetivos sociais, comportamentais ou até econômicos, de longo prazo” que a biblioteca deseja atingir. Por exemplo, uma biblioteca universitária pode desejar como resultado: melhorar a qualidade de ensino e pesquisa da Universidade. Percebe-se que avaliar os resultados dependerá de muitas variáveis complexas, por isso Lancaster (2004, p. 3) os define como “muito intangíveis”.



Ilustração 1 – As atividades de uma biblioteca

Fonte: Lancaster (2004, p. 2)

Visto isso, Lancaster (2004, p. 4) descreve a formação da biblioteca ressaltando o “inter-relacionamento que existe entre insumos, produtos e resultados, [o qual] tem implicações importantes para o projeto de sistemas e serviços da informação”. Para o autor, deve-se começar definindo os resultados desejados que a biblioteca busque alcançar e, a partir disto, planejar os serviços/produtos necessários para produzir esses resultados de maneira eficiente. Isto, então, levará à identificação dos insumos necessários.

Devido a este inter-relacionamento, Lancaster (2004, p. 4) afirma que as medidas qualitativas dos produtos – tais como o número de solicitações atendidas e o número de empréstimos, por exemplo – podem predizer o êxito no alcance dos resultados, assim como algumas medidas de insumos podem ser considerados bons indicadores da eficiência dos produtos.

Lancaster (2004), porém, não detalha que as necessidades da comunidade são as bases todo o processo. No entanto, Van House e outros autores (1990 apud IGAMI, 2003, grifo nosso) são mais claros ao apresentar um modelo (Ilustração 2) compatível com o modelo de Lancaster (2004), mas que reconhece explicitamente a interferência do **ambiente externo** em todo o processo, definindo-o como:

o contexto que ao mesmo tempo fornece os insumos que a biblioteca necessita, consome os seus produtos e serviços e é também aquele que afeta a tomada de decisão no sistema. Inclui, mas não está limitado à organização mantenedora da biblioteca. (VAN HOUSE et al 1990 apud IGAMI, 2003, p. 39)

Van House e outros autores (1990 apud IGAMI, 2003, p. 39) também destacam a existência do “**feedback**”, definindo-o como “a informação que provém não só do sistema como do meio ambiente, e que auxilia a biblioteca a otimizar os seus resultados e obter recursos”.

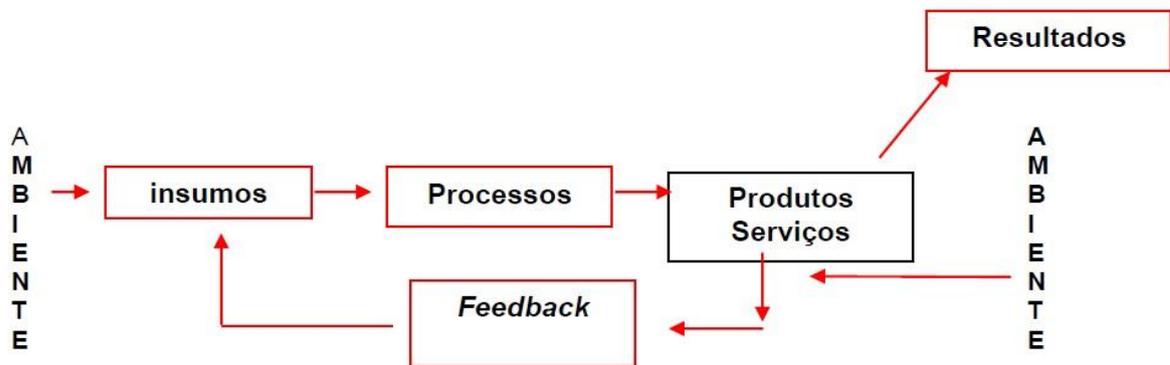


Ilustração 2 - Modelo básico de um sistema de informação

Fonte: Van House et al (1990 apud IGAMI, 2003, p. 39)

Desta forma, vê-se que o processo de avaliação como a busca por um **feedback** que definirá o desempenho do produto frente a função de “interface entre recursos e usuários” (ambiente), defendida por Lancaster (2004, p. 2). Portanto, para Van House, e outros autores (1990 apud IGAMI, 2003, p. 39), o **feedback** tem a função de indicar a necessidade de readequação dos **insumos** para o aprimoramento do produto.

Por isso, Figueiredo (1993, p. 76) afirma que “uma avaliação da coleção de biblioteca é, efetivamente, uma avaliação dos seus métodos de seleção”, ou seja, parte de um processo cíclico.

Todavia, a definição de um feedback (diagnóstico) se baseia em medidas (dados), que devem ser coletadas por meio de métodos adequados para cada objetivo que se busca. Neste intuito, Lancaster (2004, p. 7) descreveu (ilustração 3) algumas medidas que podem ser adquiridas através da análise dos insumos, dos produtos e da comunidade, bem como aquelas provenientes de suas inter-relações:

Insumos	Produtos	Características
\$ Número de itens adquiridos Quantitativo de pessoal Espaço ocupado	Itens emprestados Itens consultados Questões formuladas Questões formuladas Buscas realizadas Pessoas que freqüentam os programas da biblioteca	Tamanho da população servida Composição da população por idade, gênero, educação e outras características
Medidas de insumo/ comunidade	Produto/ comunidade	Insumo/ produto
\$ per capita \$ por usuário registrado Livros per capita Espaço per capita Pessoal per capita	Circulação per capita Questões formuladas per capita Visitas à biblioteca per capita Usuários registrados/ população servida	\$ por empréstimo \$ por questão Usos por volume

Ilustração 3 – Algumas medidas de insumos, produtos e comunidade, e inter-relações entre elas.

Fonte: Lancaster (2004, p. 7)

Importante ressaltar que, segundo Lancaster (2004, p. 7), “mesmo que os bibliotecários tenham acesso a muitos destes dados [...] não [significa que], necessariamente, fazem bom uso deles para apoiar suas decisões”. Pois, o autor indica que os julgamentos de um produto por termos exclusivamente quantitativos levam a um “quadro inadequado da qualidade dos acervos oferecidos”.

Devido a isto, percebe-se que há uma distinção entre medir e avaliar, pois a coleta de dados nada pode dizer sem a devida interpretação de dados e a validação de critérios. Deste modo, consideramos importante esclarecer mais detalhadamente a distinção entre as etapas do processo de avaliação, assim como o conceito atual de qualidade de coleções bibliográficas, que norteia o julgamento qualitativo.

4.4 DIFERENÇA ENTRE MEDIR E AVALIAR

Segundo Hommerding (2007, p. 49), nos estudos publicados em língua portuguesa, emprega-se comumente apenas o termo “avaliação”, única e exclusivamente, para todo o processo, enquanto na literatura em língua inglesa há uma divisão formal do processo em duas etapas: assessment (mensuração) e evaluation (avaliação).

De acordo com Fuhr e outros autores (2007 apud HOMMERDING, 2007, p. 49)

- **Mensuração (ou coleta de dados):** refere-se ao processo de quantificação e/ou descrição dos atributos de um sistema em avaliação.
- **Avaliação:** É um processo sistemático para determinação do mérito e valor de alguma coisa. A avaliação é mais ampla do que mensuração e envolve um julgamento de valor da eficiência de uma coleta de dados.

Hommerding (2007, p. 48) conclui que a avaliação engloba a mensuração, ou seja, a mensuração é uma parte da avaliação, mas nunca uma substituta. Desta forma, a autora destaca que a mensuração deve estar de acordo com o planejamento e finalidade da avaliação, pois é a partir dos dados fornecidos pela atividade de mensuração que a avaliação irá se basear para fornecer um diagnóstico do objeto analisado. Ou seja, “a medida conduz a avaliação e não há avaliação sem medida” (HOMMERDING, 2007, p. 48).

Da mesma forma, Igami (2003, p. 47) entende que “a medida é o instrumento, a avaliação é o processo”.

Deste modo, podemos perceber a competência dos métodos como instrumentos de mensuração que visam subsidiar o diagnóstico produzido no processo de avaliação.

4.5 QUALIDADE DE ACERVOS

Obviamente, para se avaliar é imprescindível saber definir o conceito de qualidade em uma biblioteca. “[Todo] serviço de cada organização tem uma dimensão de qualidade - desde maravilhosa a terrível” (HERNON; ALTMAN 2010, p. 2, tradução nossa).

Segundo Herson e Altman (2010, p. 2, tradução nossa) muitos estudiosos acreditavam que “a qualidade da biblioteca era um sinônimo de tamanho de coleção - uma avaliação do que a biblioteca tem, em vez de com o que a biblioteca faz.” Porém, com avanço dos estudos de gestão de bibliotecas, os autores logo perceberam a falácia de vincular tamanho da coleção com qualidade.

Deste modo, Herson e Altman (2010, p. 5, tradução nossa) definem que “a qualidade é a maneira pela qual o serviço é entregue, ou, em alguns casos, não

entregue.” Por isso, o mais importante é entender que “[a maneira] como a biblioteca vê e interage com essas pessoas (os usuários) afeta claramente a qualidade e a natureza do serviço prestado” (HERNON; ALTMAN 2010, p. 2, tradução nossa).

Figueiredo também defende que “a qualidade, para uma coleção particular, depende das necessidades dos usuários e ela pode mudar, como as necessidades dos usuários mudam; assim, é essencial que os usuários sejam entrevistados periodicamente” (FIGUEIREDO, 1993, p. 94).

Por fim, Herson e Altman (2010, p. 5, tradução nossa) indicam que a satisfação de usuário depende de duas dimensões críticas, que denominam de “conteúdo e contexto”.

Conteúdo refere-se à obtenção do que motivou a visita - materiais ou informações particulares, espaço de estudo ou um substituto aceitável. Contexto abrange a experiência em si: interações com o pessoal, facilidade ou dificuldade em navegar no sistema, e o conforto do ambiente físico. [...] As expectativas mudam de acordo com o que os clientes querem e com a urgência com que o querem. (HERNON; ALTMAN 2010, p. 5, tradução nossa).

Vê-se que o aprimoramento dos serviços para buscar a satisfação do usuário é o principal objetivo de um processo de avaliação. Contudo, uma avaliação que forneça um diagnóstico preciso sobre quais os aprimoramentos necessários, demandará, além da assimilação dos conceitos abordados até aqui, sabedoria na escolha do método que forneçam os dados mais adequados.

4.6 MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE BIBLIOTECAS

Segundo Evans (2005, p. 318, tradução nossa) “depois que a biblioteca ou os avaliadores estabelecerem os propósitos para a realização da avaliação, o próximo passo é determinar os métodos de avaliação mais eficazes”.

No entanto, “através dos anos, muitas técnicas variadas foram desenvolvidas para avaliar a coleção da biblioteca para um número diverso de propósitos”. (FIGUEIREDO, 1993, p. 4)

Por isso, muitos autores costumam apresentar os métodos divididos em classes, a fim de tornar mais clara a eleição do método mais adequado.

Evans (2005, p. 318) destaca a classificação criada por Bonn (1974), o qual também é empregada por Figueiredo (1993, p. 77), que divide as metodologias em cinco classes:

- Compilação de estatísticas da coleção, uso, gastos;
- Verificação de listas, catálogos, bibliografias;
- Obtenção de opiniões de usuários regulares;
- Exame direto da coleção
- Aplicação de padrões usando vários métodos anteriores, e
 - Teste da capacidade da biblioteca no fornecimento de um documento;
 - Teste de uso relativo de várias bibliotecas por grupo particulares;

Em seu trabalho, Figueiredo (1993, grifo nosso) aprofunda o estudo sobre as vantagens e desvantagens de cada método:

Para a autora, a vantagem da **Compilação de estatísticas da coleção, de uso ou de gastos** é a facilidade na coleta de dados, além de sua grande disponibilidade. Mas existe a possibilidade frequente de aplicações incorretas do método e, conseqüentemente, a inconsistência nos dados.

Sobre a **Verificação de listas, catálogos, bibliografias**, a maior vantagem é a confiabilidade, por serem em grande maioria construídas por especialistas de assuntos. Contudo, estas listas podem não possuir nenhuma relação com a comunidade ou com os seus interesses e necessidades, por isso, faz-se necessária uma análise minuciosa das listas.

Na Obtenção da opinião dos usuários, a maior vantagem é a possibilidade de identificação dos tipos de necessidades dos usuários. Porém, deve-se ter cuidado para que estas necessidades sejam filtradas, pois constantemente vão representar o interesse que não condiz com a missão da biblioteca.

A **Observação direta da coleção** são práticas, rápidas e efetivas. Porém, necessitarão do julgamento de um perito no assunto, que, por vezes, é uma ação de pouca confiabilidade, pois o senso crítico do perito pode ser destoante das necessidades da comunidade e da política de desenvolvimento de coleções da biblioteca.

Por fim, a autora indica que a **Aplicação de padrões** possui vantagens por serem de ampla aceitação e possuírem autoridade - como exemplo, podemos citar a o que acontece nas bibliotecas universitárias brasileiras, que seguem os padrões de

qualidade estipulados pelo MEC/INEP. Todavia, no Brasil, não existem ainda padrões consolidados para outros tipos de biblioteca.

Evans (2005, p. 318, tradução nossa) ainda cita o *Guia para Avaliação de Coleções de Bibliotecas*, criado por Lockett (1989) e adotado pela *American Library Association (ALA)*, que apesar de ter uma grande correlação com classificação de métodos apresentada por Bonn (1974), distingue-se por dividir os métodos de coleta de dados em duas categorias: (1) centradas na coleção e (2) centradas no uso.

No entanto, segundo Evans (2005, p. 319, tradução nossa), esta divisão apenas busca destacar que os métodos centrados no uso, compartilham da mesma característica de estudar a circulação da própria biblioteca, “cada um com da sua própria maneira para interpretar algum aspecto do uso”, enquanto os métodos centrados na coleção irão se utilizar de outras fontes, tal como a opinião de usuários, opinião de especialistas e/ou realizar comparações.

Sobre as “centradas na coleção”, o guia da ALA, construído por Lockett (1989 apud EVANS, 2005, tradução nossa) elenca:

- checagem de listas, bibliografias e catálogos;
- opiniões de especialistas;
- estatísticas de uso comparativo;
- e padrões para coleções.

E, dentre as “centradas no uso”, Lockett (1989 apud EVANS, 2005, tradução nossa) elenca:

- estudos de circulação;
- estudos de usuários;
- análise estatística dos empréstimos entre biblioteca;
- estudos de circulação;
- estudos de uso interno;
- disponibilidade nas estantes;
- estudos de uso simulado; e
- testes de entrega de documentos.

Segundo Evans (2005, p. 319, tradução nossa) “cada método tem suas vantagens e desvantagens. Muitas vezes, é melhor empregar vários métodos que contrabalançam os pontos fracos uns dos outros”.

Por fim, apresentamos a classificação defendida por Lancaster (2004, p. 20), que organiza os métodos da seguinte forma:

Quantitativos

- Tamanho;
- Crescimento.

Qualitativos:

- Julgamento de especialistas;
- Uso de bibliografias como padrão;
- Bibliografias publicadas;
- Bibliografias elaboradas especialmente;
- Análise de uso real.

Para Lancaster (2004, p. 20-25,), o **tamanho** ideal do acervo é um critério recorrente que pode trazer benefícios, porém acredita que padrões qualitativos e formulas de tamanho ideal “estão sempre sujeitas a interpretações errôneas”. Segundo o autor, deve-se entender que “o tamanho de um acervo não significa muito pouco a não ser que se considere também a taxa anual de **crescimento**”. Ou seja, deve-se evitar a acumulação desordenada.

Segundo Lancaster (2004, p. 26), conforme mais e mais livros forem sendo adicionados ao acervo, supondo que sejam selecionados com critérios bem definidos, a circulação tende a aumentar. Porém, chegará a um ponto que “a biblioteca já terá adicionado praticamente tudo que poderia”, deste modo, elevar o tamanho do acervo não trará mais resultados na circulação, podendo, na verdade, até reduzi-la por dificultar o acesso.

Para os métodos qualitativos, também há alguns empecilhos. Segundo Lancaster (2004, p. 28) o julgamento por especialistas talvez não seja completamente imparcial. Já no uso de bibliografias, apesar dos grandes benefícios, normalmente os avaliadores encontram dificuldades em encontrar uma bibliografia adequada. A solução indicada pelo autor seria a elaboração de uma bibliografia pela própria biblioteca, a partir de análises de citações, por exemplo.

Lancaster (2004, p. 51) nos informa que os métodos qualitativos fazem comparações do acervo com alguma forma de padrão externo visando simular

demandas na biblioteca, exceto os métodos de análise de uso, que segundo o autor são completamente diferentes, pois “envolvem uma análise de como o acervo está sendo realmente utilizado”

Justamente por esta característica, somada aos benefícios elencados por Figueiredo (1993) e Evans (2005), consideramos mais adequado nos dedicar com mais ênfase, neste estudo, à exploração dos métodos baseados na circulação.

5 ESTUDOS DE CIRCULAÇÃO

Nesta seção, busca-se descrever como os estudos de circulação podem fornecer dados quantitativos de ampla qualidade para a avaliação do acervo, atendendo a múltiplos objetivos de avaliação.

Evans (2005) já destacava que “a adequação da coleção de livros está diretamente relacionada ao seu uso e os registros de circulação que fornecem uma imagem razoavelmente representativa do uso da coleção” (EVANS, 2005, p. 326, tradução nossa)

Lancaster (2004, p. 58) expõe que “os padrões de uso do acervo sofrem mudanças muito lentas”. Para o autor, algumas coisas mudam com o passar dos anos, mas muito mais continua igual e que apesar de haverem casos de mudanças abruptas, tais casos são mais a exceção do que a regra. Portanto, “parece [...] ser inteiramente razoável supor que se pode aprender muito a respeito de um acervo estudando-se o que atualmente vem sendo retirado por empréstimo.” (LANCASTER, 2004, p. 51).

Cabe ainda destacar a primeira lei, das 5 leis de Ranganathan (1931) - um dos pilares que regem as atividades biblioteconômicas – que já ressaltava a importância do uso, ao definir que “os livros são para serem usados”.

Line (1979, apud LANCASTER, 2004, p. 14), expressou a opinião segundo a qual as bibliotecas universitárias, pelo menos não observam as cinco leis de Ranganathan (1931). Segundo Lancaster (2004, p. 14), “há inegavelmente algo de verdadeiro nas palavras de Line”.

Desta forma, entendemos que o nível de êxito poderá ser, em parte, demonstrado pelo índice de uso. Portanto, livros sem uso por longos períodos podem ser considerados indícios de falhas na seleção, que demandam o constante monitoramento e avaliação para serem evitadas.

Todavia, deve-se ter cautela, pois a construção do acervo baseada apenas na frequência de usos não será necessariamente satisfatória.

5.1 VALOR *VERSUS* DEMANDA

Figueiredo (1974, p. 3) já relatava que “a qualidade da coleção – sua excelência relativa ou o seu valor ou mérito numa situação particular – tem sido sempre mais difícil de ser julgado de maneira objetiva”.

Segundo Evans (2005, p. 327, tradução nossa), os dados de circulação são muito úteis para determinar a necessidade de novas duplicadas bem como as áreas que possuem maior ou menor demanda e, por isso, necessitam de maior ou menor investimento. Porém, para o autor, “certamente, existem problemas em interpretar os dados de circulação em termos do valor da coleção”.

Um livro ou uma classe com pouco uso, não necessariamente é inadequado(a) à biblioteca. Pois, conforme já destacamos anteriormente, Lancaster (2004, p. 7) indica que os julgamentos de um produto por termos exclusivamente quantitativos levam a um “quadro inadequado da qualidade dos acervos oferecidos”.

Lancaster (2004, p. 7) exemplifica esta situação, no qual os bibliotecários sabem quantos itens de uma classe foram utilizados, mas não sabem a quais livros realmente contribuíram às suas necessidades ou quantos usuários não acharam os itens que queriam.

Justamente por isso, Evans (2005, p. 37, tradução nossa) defende que os estudos de circulação são “apenas uma pequena parte de toda a missão de pesquisa”.

Deste modo, inicia-se a seguir a exposição de métodos centrados no uso que possam fornecer a identificação de pontos fracos e fortes do acervo. Estes dados, em conjunto com a validação dos critérios qualitativos formalizados pela política de desenvolvimento de coleções, permitirão o avaliador o estabelecer um diagnóstico correto e completo do acervo.

5.2 PADRÕES GERAIS DE USO

Objetivamente, o método busca a construção de instrumentos auxiliares aos processos de seleção e descarte através da análise dos registros de uso, em busca de um possível padrão geral de uso recorrente. Não obstante, devemos primeiramente constatar a existência de tais padrões, defendidos por Lancaster (2004), mas ainda não constatados em estudos nacionais.

Lancaster (2004) toma como base o estudo de Fussler e Simon (1969), realizados na biblioteca da Universidade de Chicago. Os autores ao acompanhar “os registros de circulação sugeriram que o uso do passado é um bom indicador de uso presente e, deste modo, o uso presente poderia ser claramente um bom indicador do uso futuro” (LANCASTER, 2004, p. 51). Newhouse e Alexander (1972 apud LANCASTER, 2004, p. 51), também apoiaram esta opinião em um estudo similar.

Para a aplicação do método, orienta-se que “a aplicação mais evidente dos dados de circulação é para produzir análises de uso do acervo por assunto, de acordo com as várias subdivisões do sistema de classificação adotado pela biblioteca”. (LANCASTER, 2004, p. 58)

Naturalmente, o grande trunfo da existência de um padrão geral de uso é poder compará-lo com a distribuição do acervo atual, identificando a divergência entre a proporção de demanda e oferta em cada classe. Esta aplicação comparativa é denominada por Lancaster (2004, p. 58) como análise do “Uso Relativo”.

5.3 USO RELATIVO

Jain (1969 apud LANCASTER, p. 58) foi pioneiro ao afirmar que “as bibliotecas deveriam se preocupar menos em estabelecer o uso absoluto de partes do acervo do que em determinar seu uso relativo”, ou seja, deveriam na verdade revelar as diferenças entre comportamento real e comportamento esperado ou provável.

Traduzindo em termos práticos, Jain (1969 apud LANCASTER, p. 58) supõe, por exemplo, que uma biblioteca, 12% dos livros tratam sobre Física. A simples probabilidade indicaria que a circulação nesse tema deveria representar também 12% do total de usos. Caso isto aconteça, “esta parte do acervo estaria se comportando exatamente da forma esperada”.

Porém, caso contrário, Jain (1969 apud LANCASTER, p. 58) indica que podem existir duas deficiências possíveis. (1) Caso o uso anual dos livros de física estiverem representando menos que o esperado, abaixo de 12% do uso total anual, pode-se dizer que a classe é “subutilizada”. E (2) caso esteja representando mais de 12% do uso total anual, esta classe é “superutilizada”.

Segundo Lancaster (2004, p. 59) “a hipótese é que as classes que mais se desviam da média são as que exigem maior atenção”. O autor ainda indica que “tanto as classes superutilizadas quanto as subutilizadas deixam de atender às necessidades dos usuários”.

Contudo, a simples comparação entre proporções percentuais de usos e da quantidade de itens do acervo, apesar de fornecer o diagnóstico correto, não traz boas representações quanto a gravidade do problema, pois segundo Mills (1982 apud LANCASTER, 2004, p. 62), uma diferença de 0,2 pontos percentuais, por exemplo, poderia se aplicar da mesma forma a uma classe que ocupasse 0,5% do acervo e tivesse 0,7% do usos, como a uma classe que ocupasse 2,5% do acervo e registrasse 2,7% dos usos, todavia, a discrepância proporcional entre acervo e uso é muito maior para a classe que ocupa a proporção menor.

Por isso, muitos autores recorreram a outras formas de representação mais exatas da relação acervo *versus* uso. Por exemplo, Wenger e outros autores (1979) denominaram esta relação como “relação circulação/inventário”, já Dowlin e Magrath (1983) denominaram como “relação inventário/uso”, Van House, com outros autores, (1987) que a denominou como “Taxa de Retorno”.

Todos os estudos buscam estabelecer a quantidade média de usos por item em determinado período de tempo. Bonn (1974) se utiliza do mesmo princípio, mas em números percentuais, propondo o que denomina por “fator de uso”, “que é a proporção da circulação que é devida a uma classe dividida pela proporção do acervo ocupado por esta classe”. (LANCASTER, 2004, p. 61).

Outros autores aplicaram esta forma de representação como Jenks (1976) e Aguillar (1986), que, baseado em Mills (1982), denominou-a de “percentagem de uso esperado”, o qual é a terminologia que adotaremos.

Segundo Lancaster (2004, p. 59), quanto maior a superutilização de uma classe, menor será a probabilidade de que os livros de maior interesse venham a estar nas estantes quando forem procurados, aumentando a insatisfação dos usuários com o acervo, ocasionando um fenômeno denominado por Buckland (1972) como “viés das estantes”.

Para explicar o “viés das estantes”, adaptamos, a seguir, o exemplo apresentado por Lancaster (2004, p. 50-60), representada na Ilustração 4:

Em uma biblioteca especializada, o acervo encontra-se com várias classes superutilizadas. Ao longo de um mês vários usuários tiveram interesse em determinada classe que apresentava esta inadequação. O primeiro usuário do mês retirou para empréstimo certa quantidade de livros de autores renomados e com informações reconhecidamente confiáveis. O segundo usuário do mês sentiu falta de alguns livros que pretendia retirar para empréstimo, mas encontrou alguns de interesse. O terceiro usuário já verificou que as estantes possuíam apenas os livros de autores pouco renomados e não encontrou muito do qual necessitava, porém depois de muita pesquisa, retirou alguns livros para empréstimo, mas ficou um pouco insatisfeito. Por fim, o quarto usuário do mês ao realizar a pesquisa, não encontrou nenhum livro de interesse, pois todos que teve interesse já estavam emprestados, por isso, saiu insatisfeito.

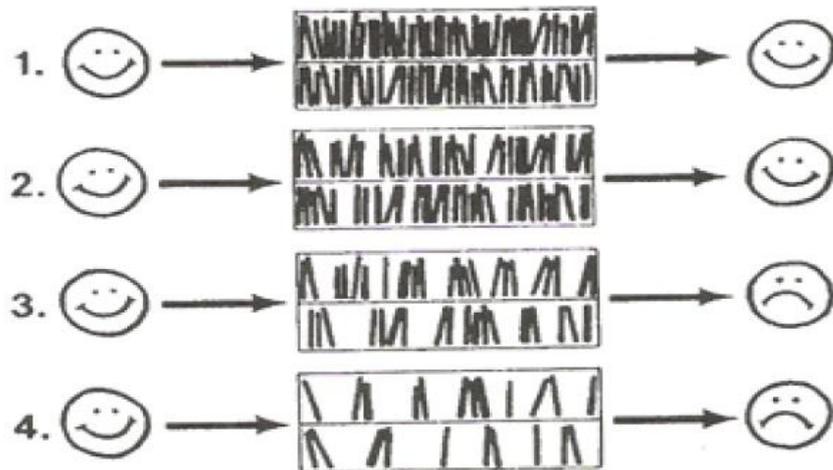


Ilustração 4 – Representação do fenômeno “viés das estantes”.

Fonte: Buckland (1972)

A subutilização pode ser igualmente perturbadora. Para Lancaster (2004, p. 60) uma classe que não apresenta interesse da comunidade pode ser um indício que a seleção não é bem-feita, por isso está levando uma insatisfação e desinteresse total. “Talvez a biblioteca esteja comprando livros equivocados [...] ou que possua um grande número de livros que estão desatualizados e que deveriam ser descartados”. (LANCASTER, 2004, p. 60).

Por isso, segundo Lancaster (2004, p. 60) pode ser que o interesse mude drasticamente se uma classe for completamente desbastada e lhe forem incorporados títulos atuais. Porém, “Competirá ao bibliotecário examinar mais

detidamente essas classes, a fim de decidir por que estão se comportando desta forma” (LANCASTER, 2004, p. 60).

Como a subutilização pode ser devida a problemas distintos. “Para que possa tomar decisões com conhecimento de causa, o bibliotecário precisa dispor não apenas dos dados de uso relativo” (LANCASTER, 2004, p. 65).

Por isso, indicaremos a seguir alguns métodos que podem fornecer dados seguros para a identificação das possíveis causas da baixa demanda de uma classe: itens obsoletos ou seleção inadequada.

5.4 CORE COLLECTION E NON-CORE COLLECTION

Um estudo realizado por Kent e outros (1979 apud Lancaster, 2004, p. 54-57) na *Hillman Library* da *Universidade de Pittsburgh*, o qual analisaram os dados de circulação por 86 meses, demonstraram que um livro quando adquirido possui menos de uma chance em duas (1/2) de que seja utilizado. Porém caso não ocorra nenhum uso nos dois primeiros anos a probabilidade que um dia seja utilizado cai para uma em quatro chances (1/4). Em caso de não utilização nos seis primeiros anos, a probabilidade cai drasticamente para uma em cinquenta chances (1/50).

Exemplificando, caso 5000 mil livros não sejam utilizados nos últimos 6 anos, a probabilidade demonstrada no estudo sugere que apenas 1/50 desses livros – 100 livros – devem ser utilizados algum dia. Como não há meios de definir com exatidão quais serão estes 100 livros, as desvantagens em reter os 5000 mil itens para preservar estes 100 possíveis usos serão claramente maiores que as vantagens.

O exemplo acima relata um caso de obsolescência, que significa, “[...] a diminuição do uso desse material à medida que vai envelhecendo” (LANCASTER, 2001, p. 111). Devido a este processo natural, Evans defende que “sem um programa de descarte contínuo, [toda a] coleção pode rapidamente tornar-se obsoleta” (EVANS, 2005, p. 295, tradução nossa)

Segundo Weitzel (2006, p. 37), o processo busca renovar os espaços de armazenamento e contribuir para melhorar o acesso aos materiais remanescentes.

Outros autores como Evans (2005) e Slote (1997) reafirmam os benefícios de melhor aproveitamento do espaço como uma razão ao descarte. Slote (1997, p. 4-5, tradução nossa) ainda destaca que, como consequência, o descarte: aumenta o uso

dos livros, aumenta satisfação do leitor, poupa o tempo dos funcionários e abre espaço para ampliar os locais de estudo.

Segundo Weizel (2006, p. 37) o processo desencadeia-se após o processo de avaliação e “deve ser acompanhado de políticas próprias definindo critérios específicos para orientação das decisões” (WEITZEL, 2006, p. 38). E, quanto a isto, “pode-se considerar o uso passado como critério de maior utilidade” (LANCASTER, 2004, p. 115).

Slote (1997, p. 29-30, tradução nossa) apresenta definições pertinentes e didáticas relacionadas ao uso e não-uso passado: o “core collection” (coleção central) e o “non-core collection” (coleção não central). O autor define como “core collection” a coleção básica de livros (e outros materiais) mais susceptíveis de serem utilizados pelos usuários, que devem ficar armazenadas em locais prontamente disponíveis. Já o “non-core collection” é definido como o restante dos livros, menos susceptíveis de serem utilizados, os quais devem ser transferidos para outros espaços de armazenamento menos custosos, ou descartados, dependendo dos objetivos principais da biblioteca e do valor potencial destes itens.

Slote (1997, p. 30, tradução nossa) indica que esta definição dos materiais mais ou menos suscetíveis ao uso, ou seja, do que pode ser considerado “core collection” ou “non-core collection”, deve ser encontrada através da aplicação do método denominado “tempo de estante”.

Segundo o Slote (1997, p. 94), o tempo de estante é o tempo que um item permanece na estante entre um uso e outro. Em termos práticos, por exemplo, supondo que todo o volume que foi utilizado durante a história de uma biblioteca permaneceu na estante por menos de um ano, entre um uso e outro, ou desde que o volume foi adquirido. Isso significa que 100% da coleção teve um tempo de estante abaixo de 1 ano. Deste modo, caso a biblioteca quisesse reter 100% do provável uso futuro, permaneceria com os volumes que estão a menos de um ano sem uso (core collection) e poderia talvez desbastar, se quisesse, aqueles com mais de um ano sem uso (non core collection), pois esta ação não traria impactos negativos na taxa de uso atual.

Slote (1997, p. 16, tradução nossa) ao recomendar algumas normas gerais que considera ideais ao descarte, propôs a retenção de 95% a 99% dos materiais utilizados no período atual, incluindo as consultas internas. Contudo, Slote (1997, p. 30, tradução) ressalta que essa porcentagem pode ser definida para cada biblioteca,

dependendo de seus objetivos e do possível impacto desfavorável aos seus usuários. Do mesmo modo, o autor indica que as porcentagens de retenção podem variar também entre as classes e tipos de matérias que compõem a coleção como um todo.

Segundo Slote (1997, p. 46, tradução nossa) esta variação de retenção pode ser necessária, pois, sobretudo as bibliotecas especializadas, algumas classes ou tipos de materiais têm demanda naturalmente menor, por isso tendem a permanecer na estante por mais tempo. Deste modo, ficariam em desvantagem se comparadas a outras classes com maior demanda.

Trueswell (1969 apud LANCASTER, 2004, p. 69) também empregou um método essencialmente idêntico ao de Slote (1997), o qual denominou de “última data de circulação”.

Lancaster (2004, p. 69-70) exemplificou a aplicação de Trueswell (1969) e Slote (1997), indicando que o método exige apenas que se colete sucessivamente a data em que os itens são utilizados, para que seja possível verificar a quantidade de tempo transcorrido entre o último e o penúltimo uso registrado de cada exemplar que circulou durante o período de análise, ou entre sua inclusão até o primeiro uso.

Segundo Lancaster (2004, p. 69-70), ao elencar os dados em ordem crescente, ou seja, partindo daqueles que tiveram menor tempo entre os últimos usos até aqueles com maior tempo, pode-se verificar que, por exemplo, 90% das últimas solicitações foram atendidas por itens que circularam nos últimos 16 meses. Desta forma, caso se desbaste os itens sem uso por mais de 16 meses, 90% dos usos da biblioteca ainda estariam resguardados.

6 CAMPO EMPIRICO

Nesta seção são apresentadas as características da biblioteca-teste deste estudo, que foi o campo empírico que proporcionou a aplicação e verificação dos métodos e conceitos abordados nas seções anteriores.

Por questões éticas, devido à inevitável exposição da instituição e dos bibliotecários, visando à necessária liberdade crítica sem prejuízos aos profissionais, ficou decidido pela não identificação da biblioteca. Portanto, a biblioteca-teste será identificada como Biblioteca “X”

6.1 A BIBLIOTECA “X”

A Biblioteca “X”, a mais de 60 anos em atividade, é especializada na área jurídica e destina-se ao atendimento dos servidores de uma instituição governamental de advocacia pública, que tem como objetivo a defesa judicial de uma das esferas do governo.

Tem como principais missões: a promoção ao acesso das fontes de informação jurídicas; o subsídio à pesquisa jurídica; o incentivo a geração de conhecimento; a salvaguarda do patrimônio intelectual e cultural âmbito de sua atuação; a salvaguarda da produção intelectual de seus servidores; e, sobretudo o apoio informacional às atividades institucionais, concernentes à representação judicial e à consultoria jurídica ao governo.

Para atender a tais objetivos, promove periodicamente a aquisição de novos títulos, pela modalidade de compra ou recebimento de doações, após a devida avaliação.

Deste modo, construiu acervo de aproximadamente 60 mil itens, incluindo livros, periódicos, obras de referência, legislações atuais, legislações retrospectivas e coleções especiais de memória. Além disso, disponibiliza acesso às principais bases de dados jurídicas nacionais.

O processo de seleção baseia-se no acompanhamento do catálogo de editoras do ramo jurídico, da avaliação das sugestões de usuários, da opinião de especialistas em Direito da instituição, da análise dos itens mais utilizados e reservados, além da profunda afinidade que os profissionais têm com a biblioteca e sua temática, adquirida através dos anos experiência da equipe à frente da

biblioteca. Porém, a política de desenvolvimento de coleções ainda está em fase de elaboração e aprimoramento.

Não foi possível verificar se a biblioteca realizou processos de avaliação de coleções antes de 2010, mas certamente, desde de o início da gestão atual, em 2010, a biblioteca não teve a oportunidade de realizar processos de avaliação e desbastamento da coleção. No entanto, existe o interesse, pois, segundo os bibliotecários, já se observa que a coleção apresenta indícios de obsolescência.

A biblioteca, que iniciou a automatização de seu catálogo em 2010, atualmente utiliza um software contratado para controlar, tratar, disseminar e circular as informações bibliográficas. O software se divide nos seguintes módulos: gerenciamento do acervo; gerenciamento de empréstimos (serviço de referência); gerenciamento de periódicos; e gerenciamento do vocabulário controlado. Em cada um destes módulos existe a possibilidade de emissão de diversos relatórios quantitativos, o qual foram principal fonte de dados deste estudo.

No entanto, os dados disponibilizados pelo software são desorganizados, dificultando o trabalho do avaliador que busca utiliza-los de forma mais elaborada.

6.2 METODOLOGIA

Ressalta-se que, seguindo estritamente a ética científica, todas as atividades e objetivos da coleta de dados foram realizadas com total autorização e conhecimento dos bibliotecários responsáveis.

Devido às limitações necessárias em um trabalho de conclusão de curso, mais precisamente em relação a amplitude do estudo, restringiu-se a aplicação da análise apenas a uma coleção de livros, os quais são historicamente os principais materiais (insumos) de uma biblioteca. Contudo, almeja-se estudos mais abrangentes em oportunidades futuras.

Durante a coleta de dados, nos defrontamos com um pequeno obstáculo: o acervo, organizado pela Classificação Decimal de Dewey (CDD), possuía equívocos na classificação dos assuntos, pois muitas subáreas do Direito, tais como Direito Administrativo, Direito Eleitoral, Direito Ambiental, Direito Trabalhista, entre outros, estavam classificados fora da classe destinada ao assunto "Direito": a classe 340.

Além disso, algumas subclasses encontravam-se fora da classe principal que lhe era devida.

Segundo os bibliotecários, a classificação começou a ser empregada equivocadamente em gestões anteriores e devido a familiaridade que a comunidade possui com a Classificação atual, ainda se debate as consequências do inevitável impacto negativo que a mudança traria à autonomia que os usuários atualmente possuem. Por isso, a mudança ainda não foi iniciada.

Contudo, a apresentação dos resultados não será prejudicada, pois com base no Tesouro do Supremo Tribunal Federal (2017), no Tesouro do Superior Tribunal de Justiça (2017) e na Classificação Decimal de Direito, de autoria de Dóris De Queiroz Carvalho (2002), reordenamos e reagrupamos as subclasses para solucionar estas incorreções.

Os dados foram adquiridos a partir de relatórios de (1) circulação (empréstimos e consultas internas) e (2) quantitativo de títulos e exemplares, extraídos do software de gerenciamento informacional utilizado pela biblioteca.

A coleta de dados de dados ocorreu mediante o seguinte planejamento metodológico a seguir:

- Análise da circulação anual da Biblioteca “X”, por classe de assunto, no período de 2014 a 2016, com o objetivo de verificar a existência de um padrão geral de uso, conforme o descrito por Lancaster (2004), através da identificação de uma possível similaridade proporcional entre os anos,
- Aplicação do método de “uso relativo”, descrito por Lancaster (2004), com a utilização do índice de “percentagem de uso esperado”, descrito por Aguillar (1983), como forma de identificar as classes subutilizadas e superutilizadas;
- Aplicação do método de análise do “tempo de estante”, descrito por Slote (1997), como forma de determinar empiricamente o tempo de tolerância ideal para a ausência de usos;
- Definição do “non-core collection”, segundo a definição de Slote (1997), a partir dos resultados do método de análise do “tempo de estante”, como forma de identificar os possíveis indícios de obsolescência que possam justificar a subutilização das classes.

Para possibilitar a aplicação do método de “uso relativo” (LANCASTER, 2004), coletamos os seguintes dados:

- Quantitativo de exemplares existentes por classe até o ano de 2016 e representação percentual deste quantitativo em relação ao total de exemplares neste ano (diagnóstico das coleções);
- Quantitativo de uso anual (empréstimos e consultas) em cada classe, no período de 2011 a 2016,
- Média percentual de usos , em cada classe, do período de 2014 a 2016.

Essa média foi utilizada como previsão de usos futuros para verificar de que forma a disponibilidade atual de exemplares atenderá a possível demanda.

- Média percentual de usos, em cada classe, do período de 2013 a 2015, para comparação com o uso real do ano de 2015, a fim de constatar se em anos passados, o estabelecimento desta seria realmente uma boa representação do uso futuro;

Para possibilitar a aplicação do método “tempo de estante” e identificação do “non-core collection” (SLOTE, 1997), coletamos os seguintes dados e realizamos os seguintes procedimentos:

- Datas de todas as operações em que um exemplar foi retirado/consultado, no período de 2012 a 2016;
- Datas em que os exemplares foram inseridos no acervo.
- Dias transcorridos entre a última e penúltima vez que cada exemplar foi retirado/consultado, em cada ano, no período de 2012 a 2016. Para exemplares que só receberam um uso desde sua inserção no acervo, considerou-se os dias transcorridos entre a data de inserção e a data em que foi retirado/consultado pela primeira vez;

7 RESULTADOS

A tabela a seguir apresenta uma análise quantitativa do acervo, verificando a atual distribuição de exemplares, por classes, na Biblioteca “X”. (Objetivo específico “A”)

Percebe-se que os assuntos “Direito Civil”, “Direito Processual Civil”, “Direito Administrativo”, “Teoria, filosofia do direito”, “Direito Constitucional”, “Direito Financeiro e Direito Tributário” e “Direito Empresarial e Bancário”, são as classes com maior expressão, contendo, nesta ordem, as maiores quantidades de exemplares.

Distribuição de exemplares por classes em 2016			
Classe (CDDireito)	Assuntos	Quantidade de exemplares em 2016	Porcentagem de exemplares em 2016
000	Biblioteconomia e informática	57	0,2%
100	Filosofia	73	0,3%
200	Religião	6	0,0%
300	Sociologia	18	0,1%
320	Ciências Políticas	301	1,2%
340.1	Teoria, filosofia do direito	2251	8,9%
340.3	Fontes do direito (legislação federal)	48	0,2%
340.7	Medicina legal	83	0,3%
340.9	História do Direito	315	1,3%
341	Direito Público	143	0,6%
341.1	Direito Internacional Público	289	1,1%
341.2	Direito Constitucional	1758	7,0%
341.27	Direitos Humanos e fundamentais	586	2,3%
341.28	Direito Eleitoral	188	0,7%
341.3	Direito Administrativo	2524	10,0%
341.32	Serviços Públicos	336	1,3%
341.347	Direito Ambiental	341	1,4%
341.374	Direito Urbanístico	123	0,5%
341.378	Direito Econômico	405	1,6%
341.38-39	Direito Financeiro e Direito Tributário	1659	6,6%

Tabela 1 – Distribuição de exemplares por classes em 2016.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Distribuição de exemplares por classes em 2016			
Classe (CDDireito)	Assuntos	Quantidade de exemplares em 2016	Porcentagem de exemplares em 2016
341.43	Direito Processual Penal	483	1,9%
341.46	Direito Processual Civil	3180	12,6%
341.5	Direito Penal	969	3,8%
341.6	Direito Previdenciário e Securitário	310	1,2%
342.1	Direito Civil	4265	16,9%
342.1235	Direito imobiliário	405	1,6%
342.1247	Direito Agrário	192	0,8%
342.162522	Direitos da Criança e do Adolescente / Direitos da Mulher / Direitos do Idoso	161	0,6%
342.2	Direito Empresarial e Bancário	1622	6,4%
342.3	Direito Internacional Privado	226	0,9%
342.5	Direito do Consumidor	173	0,7%
342.6	Direito Trabalhista	969	3,8%
342.68	Direito Processual Trabalhista	346	1,4%
343	Direito Canônico	94	0,4%
400	Terminologia Jurídica	11	0,0%
800	Metodologia da Pesquisa Jurídica	35	0,1%
900	História Geral	234	0,9%
Acervo Total		25179	100%

Tabela 1 – Distribuição de exemplares por classes em 2016 (continuação),
Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Conforme visto na revisão de literatura, Jain (1969) supôs que, pela lógica, a quantidade de exemplares empregados em cada assunto, deveria ser proporcional ao interesse dos usuários. Caso contrário, o autor alerta sobre a possibilidade de ocorrerem dois tipos de inadequações: a superutilização (uso superior ao esperado) e a subutilização (uso inferior ao esperado), ambas prejudiciais ao acervo, conforme descrevemos nas seções anteriores.

Também demonstramos que, assim como Jain (1969), Lancaster (2004), Fussler e Simon (1969) e Newhouse e Alexander (1972), também verificaram

através de seus estudos, que uso do passado pode ser claramente um bom indicador do uso futuro, indicando, deste modo, a existência de padrões gerais de uso que podem nortear o desenvolvimento do acervo. Deste modo, buscamos analisar, através da tabela 2, se a circulação da biblioteca “X” também segue de fato algum padrão que possa prever o uso futuro (Objetivo específico “B”).

Ao compararmos na Tabela 2 (página a seguir) os desempenhos anuais de cada classe de assuntos do período de 2013 a 2016, através da proporção de usos recebidos em relação ao total (indicadas em números percentuais, ao lado da quantidade total de usos), percebemos a existência de um padrão de usos, pois nota-se claramente que o desempenho proporcional de cada classe de assuntos se manteve muito semelhante em todos os anos.

O padrão de uso fica ainda mais evidente quando representamos os dados da em forma de gráfico. Nota-se, no “Gráfico 1” abaixo, que as linhas que indicam o uso proporcional (percentual) de cada ano estão quase sobrepostas.

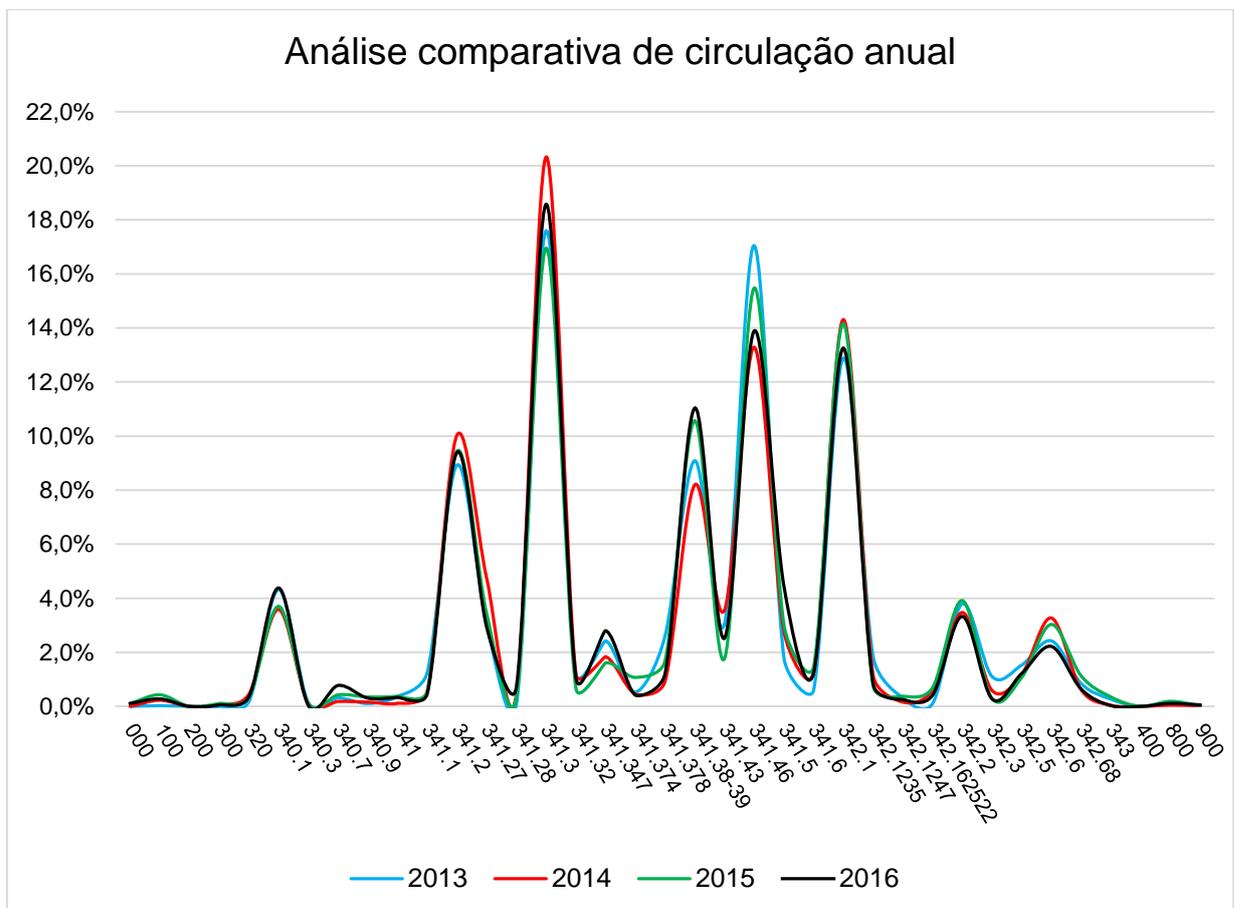


Gráfico 1 – Análise comparativa de circulação anual.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

A partir da verificação deste padrão geral de uso, consideramos que a média dos usos totais nos últimos três anos (soma dos usos de 2014, 2015 e 2016, dividida por três) seria o indicativo mais adequado para a previsão de uso futuro (Tabela 2).

Apesar do uso de um ano anterior, apenas, também ser uma boa previsão de uso futuro, consideramos que uma média dos últimos três anos (2014 a 2016) seria mais precisa e segura, por amenizar os efeitos de possíveis demandas provenientes de modismos passageiros.

Análise do uso anual										
Classe (CDDireito)	Assunto	2013		2014		2015		2016		Previsão para 2017 (Média 2014 a 2016)
		Qt. de usos	% de usos							
000	Biblioteconomia e informática	0	0,0%	0	0,0%	4	0,1%	4	0,1%	0,1%
100	Filosofia	1	0,0%	10	0,2%	16	0,4%	10	0,3%	0,3%
200	Religião	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
300	Sociologia	0	0,0%	3	0,1%	4	0,1%	2	0,1%	0,1%
320	Ciências Políticas	7	0,2%	20	0,5%	13	0,3%	13	0,4%	0,4%
340.1	Teoria e Filosofia do Direito	164	4,3%	158	3,6%	138	3,7%	158	4,4%	3,9%
340.3	Fontes do direito (Legislação)	5	0,1%	4	0,1%	3	0,1%	1	0,0%	0,1%
340.7	Medicina Legal	12	0,3%	8	0,2%	16	0,4%	28	0,8%	0,5%
340.9	História do Direito	4	0,1%	7	0,2%	13	0,3%	11	0,3%	0,3%
341	Direito Público	14	0,4%	5	0,1%	14	0,4%	12	0,3%	0,3%
341.1	Direito Internacional Público	48	1,3%	25	0,6%	21	0,6%	17	0,5%	0,5%
341.2	Direito Constitucional	339	8,9%	442	10,0%	352	9,4%	339	9,4%	9,6%
341.27	Direitos Humanos e fundamentais	115	3,0%	208	4,7%	127	3,4%	105	2,9%	3,7%
Acervo total		3796	100,0%	4403	100,0%	3728	100,0%	3606	100,0%	

Tabela 2 – Análise do uso anual.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Análise do uso anual										
Classe (CDDireito)	Assunto	2013		2014		2015		2016		Previsão para 2017 (Média - 2013 a 2015)
		Qt. de usos	% de usos							
341.28	Direito Eleitoral	3	0,1%	21	0,5%	14	0,4%	27	0,7%	0,5%
341.3	Direito Administrativo	668	17,6%	895	20,3%	632	17,0%	670	18,6%	18,6%
341.32	Serviços Públicos	46	1,2%	52	1,2%	25	0,7%	38	1,1%	1,0%
341.347	Direito Ambiental	92	2,4%	81	1,8%	60	1,6%	101	2,8%	2,1%
341.374	Direito Urbanístico	20	0,5%	20	0,5%	40	1,1%	15	0,4%	0,6%
341.378	Direito Econômico	99	2,6%	41	0,9%	63	1,7%	44	1,2%	1,3%
341.38-39	Direito Financeiro e Direito Tributário	345	9,1%	361	8,2%	394	10,6%	398	11,0%	9,9%
341.43	Direito Processual Penal	116	3,1%	157	3,6%	66	1,8%	91	2,5%	2,6%
341.46	Direito Processual Civil	647	17,0%	585	13,3%	577	15,5%	501	13,9%	14,2%
341.5	Direito Penal	68	1,8%	122	2,8%	112	3,0%	160	4,4%	3,4%
341.6	Direito Previdenciário e Securitário	23	0,6%	56	1,3%	55	1,5%	45	1,2%	1,3%
342.1	Direito Civil	489	12,9%	630	14,3%	528	14,2%	478	13,3%	13,9%
342.1235	Direito imobiliário	70	1,8%	51	1,2%	28	0,8%	30	0,8%	0,9%
Acervo total		3796	100,0%	4403	100,0%	3728	100,0%	3606	100,0%	

Tabela 2 - Análise do uso anual (continuação).

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Análise do uso anual										
Classe (CDDireito)	Assunto	2013		2014		2015		2016		Previsão para 2017 (Média - 2013 a 2015)
		Qt. de usos	% de usos							
342.1247	Direito Agrário	12	0,3%	7	0,2%	14	0,4%	9	0,2%	0,3%
342.162522	Direitos da Mulher	4	0,1%	27	0,6%	26	0,7%	15	0,4%	0,6%
342.2	Direito Empresarial e Bancário	144	3,8%	153	3,5%	146	3,9%	120	3,3%	3,6%
342.3	Direito Internacional Privado	42	1,1%	26	0,6%	11	0,3%	10	0,3%	0,4%
342.5	Direito do Consumidor	58	1,5%	52	1,2%	40	1,1%	44	1,2%	1,2%
342.6	Direito Trabalhista	92	2,4%	144	3,3%	113	3,0%	80	2,2%	2,8%
342.68	Direito Processual Trabalhista	32	0,8%	27	0,6%	42	1,1%	23	0,6%	0,8%
343	Direito Canônico	10	0,3%	2	0,0%	13	0,3%	1	0,0%	0,1%
400	Terminologia Jurídica	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
800	Metodologia da Pesquisa Jurídica	6	0,2%	2	0,0%	7	0,2%	4	0,1%	0,1%
900	História Geral	1	0,0%	1	0,0%	1	0,0%	2	0,1%	0,0%
Acervo total		3796	100,0%	4403	100,0%	3728	100,0%	3606	100,0%	

Tabela 2 - Análise do uso anual (continuação).

Fonte:

Elaborado

pele

autor

(2017).

Também podemos identificar, na Tabela 2, através da média, as classes mais e menos demandadas (Objetivo específico “C”). Desta forma, verifica-se que as classes mais demandadas são respectivamente: “Direito administrativo”, “Direito processual civil”, “Direito civil” e “Direito financeiro e tributário”.

Percebe-se, desde já, indícios que o equilíbrio entre acervo-demanda, defendido por Jain (1969), não é atingido, visto que as classes com maior número de exemplares, conforme indicado pela Tabela 1, não seguem a mesma ordem das classes com maior demanda, conforme indicado pela Tabela 2. Todavia, as inadequações e seus níveis de gravidade só poderão ser realmente conhecidas com a aplicação do método de análise do “Uso Relativo”, exposto por Lancaster (2004).

Deste modo, partimos para a aplicação do método de análise do “Uso Relativo”, onde cruzaremos os dados sobre a distribuição de exemplares por classes e a previsão de uso futuro para 2017, com o objetivo de verificar, minuciosamente, a adequação das classes de assuntos da Biblioteca “X”, no que diz respeito a relação quantidade-demanda.

Para estabelecer o diagnóstico sobre as classes que estão subutilizadas, superutilizadas ou adequadas, foi utilizado o índice proposto Aguiar (1983), denominado como “percentagem de uso esperado”. Este índice é adquirido através da divisão do número percentual que indica a previsão de uso futuro de cada classe (Tabela 2) pelo número percentual que indica a proporção de itens existentes por classe (Tabela 1). O resultado deste cálculo fornecerá um número percentual, onde 100% equivalem à quantidade atual de exemplares, deste modo, resultados acima de 100% indicam a expectativa de uma demanda maior do que a disponibilidade atual de itens, portanto, indicam a superutilização, da mesma forma, resultados abaixo dos 100%, indicam a subutilização.

Apresenta-se, a seguir, na Tabela 3, o diagnóstico do método. Para o melhor reconhecimento da gravidade das inadequações, a tabela foi organizada da classe mais subutilizada até a mais superutilizada. (Objetivo específico “D”)

A partir deste diagnóstico, foi simulado o tamanho ideal do acervo para reestabelecer o equilíbrio das classes – este tamanho ideal é obtido pela multiplicação da quantidade atual de exemplares pela “percentagem de uso esperado”, além disso, indicamos quantos exemplares deveriam ser adquiridos ou descartados para atingir este tamanho ideal.

Análise do uso relativo

Classe CDDireito	Assunto	Qt. Atual de Exemplares	% Atual de Exemplares	Previsão para 2017 (Média - 2013 a 2015)	Porcentagem de uso esperado (normal = 100%)	Diagnóstico	Tamanho ideal do acervo	Descartar ou Adquirir
200	Religião	6	0,02%	0,00%	0,00%	Subutilizado	0	-6
400	Terminologia Jurídica	11	0,04%	0,00%	0,00%	Subutilizado	0	-11
900	História Geral	234	0,9%	0,03%	3,8%	Subutilizado	9	-225
340.9	História do Direito	315	1,3%	0,3%	21,7%	Subutilizado	68	-247
000	Biblioteconomia e informática	57	0,2%	0,1%	32,1%	Subutilizado	18	-39
320	Ciências Políticas	301	1,2%	0,4%	32,4%	Subutilizado	98	-203
342.1247	Direito Agrário	192	0,8%	0,3%	34,3%	Subutilizado	66	-126
340.3	Fontes do Direito (Legislação)	48	0,2%	0,1%	34,8%	Subutilizado	17	-31
343	Direito Canônico	94	0,4%	0,1%	37,7%	Subutilizado	35	-59
342.3	Direito Internacional Privado	226	0,9%	0,4%	43,2%	Subutilizado	98	-128
340.1	Teoria e Filosofia do Direito	2251	8,9%	3,9%	43,5%	Subutilizado	980	-1271
341.1	Direito Internacional Público	289	1,1%	0,5%	46,5%	Subutilizado	135	-154
341	Direito Público	143	0,6%	0,3%	48,2%	Subutilizado	69	-74
Acervo Total		25179	100,0%	100%			25179	

Tabela 3 – Análise do uso relativo

Fonte: Elaborado pelo autor

Análise do uso relativo

Classe CDDireito	Assunto	Qt. Atual de Exemplares	% Atual de Exemplares	Previsão para 2017 (Média - 2013 a 2015)	Porcentagem de uso esperado (normal = 100%)	Diagnóstico	Tamanho ideal do acervo	Descartar ou Adquirir
342.2	Direito Empresarial e Bancário	1622	6,4%	3,6%	55,5%	Subutilizado	900	-722
342.1235	Direito imobiliário	405	1,6%	0,9%	56,8%	Subutilizado	230	-175
342.68	Direito Processual Trabalhista	346	1,4%	0,8%	57,7%	Subutilizado	200	-146
341.28	Direito Eleitoral	188	0,7%	0,5%	71,5%	Subutilizado	134	-54
341.32	Serviços Públicos	336	1,3%	1,0%	72,6%	Subutilizado	244	-92
342.6	Direito Trabalhista	969	3,8%	2,8%	73,8%	Subutilizado	715	-254
341.378	Direito Econômico	405	1,6%	1,3%	79,6%	Subutilizado	322	-83
342.1	Direito Civil	4265	16,9%	13,9%	82,1%	Subutilizado	3502	-763
800	Metodologia da Pesquisa Jurídica	35	0,1%	0,1%	82,5%	Subutilizado	29	-6
341.5	Direito Penal	969	3,8%	3,4%	88,5%	Subutilizado	857	-112
342.162522	Direitos da Criança e do Adolescente / Direitos da Mulher / Direitos do Idoso	161	0,6%	0,6%	90,0%	Normal	145	-16
100	Filosofia	73	0,3%	0,3%	107,3%	Normal	78	5
Acervo Total		25179	100,0%	100%			25179	

Tabela 3 – Análise do uso relativo (continuação).

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Análise do uso relativo

Classe (CDDireito)	Assunto	Qt. Atual de Exemplares	% Atual de Exemplares	Previsão para 2017 (Média - 2013 a 2015)	Porcentagem de uso esperado (normal = 100%)	Diagnóstico	Tamanho ideal do acervo	Descartar ou Adquirir
300	Sociologia	18	0,1%	0,1%	107,7%	Normal	19	1
341.6	Direito Previdenciário e Securitário	310	1,2%	1,3%	108,2%	Normal	335	25
341.46	Direito Processual Civil	3180	12,6%	14,2%	112,6%	Superutilizado	3580	400
341.374	Direito Urbanístico	123	0,5%	0,6%	132,6%	Superutilizado	163	40
341.43	Direito Processual Penal	483	1,9%	2,6%	136,6%	Superutilizado	660	177
341.2	Direito Constitucional	1758	7,0%	9,6%	137,9%	Superutilizado	2424	666
340.7	Medicina legal	83	0,3%	0,5%	140,3%	Superutilizado	116	33
341.38-39	Direito Financeiro e Direito Tributário	1659	6,6%	9,9%	150,8%	Superutilizado	2502	843
341.347	Direito Ambiental	341	1,4%	2,1%	153,8%	Superutilizado	525	184
341.27	Direitos Humanos e Fundamentais	586	2,3%	3,7%	158,2%	Superutilizado	927	341
342.5	Direito do Consumidor	173	0,7%	1,2%	168,5%	Superutilizado	292	119
341.3	Direito Administrativo	2524	10,0%	18,6%	185,7%	Superutilizado	4688	2164
Acervo Total		25179	100,0%	100%			25179	

Tabela 3 – Análise do uso relativo (continuação).

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Como visto na Tabela 3, 10 classes encontram-se subutilizadas, 3 normais – com desvios inexpressivos, inferiores a 10% – e 10 classes encontram-se superutilizadas.

Entre as classes que estão superutilizadas, destaca-se negativamente a classe de “Direito Administrativo”, que está muito superutilizada, sendo utilizada 85% a mais do que o planejado. Neste caso, para tornar-se adequada ao volume e à variedade da demanda atual, deveria adquirir 2164 novos exemplares.

Somando-se o quantitativo de exemplares necessários para solucionar a superutilização das classes, sem considerar o descarte de possíveis itens obsoletos que ainda possam existir, o diagnóstico indica que seria preciso adquirir pelo menos 4966 novos itens. Fica evidente que há uma demanda inesperada nestas classes.

Como resultado desta alta superutilização, devido ao fenômeno de “viés das estantes” apresentado por Buckland (1972), sabemos que os usuários que buscam por estas classes estão encontrando uma menor disponibilidade dos itens de maior interesse. Certamente, isto provoca algum nível de frustração dos usuários e pode levar a um estado de insatisfação ou perda de credibilidade do acervo.

Quanto às classes que estão subutilizadas, as que mais se destacam negativamente são aquelas que não tratam de Direito, o que é de certa forma natural e esperado, visto que estamos analisando uma biblioteca jurídica.

Vale ressaltar que, esta análise é apenas um instrumento que visa guiar os processos do desenvolvimento de coleções. Conforme indicamos na revisão de literatura, “para que possa tomar decisões com conhecimento de causa, o bibliotecário precisa dispor não apenas dos dados de uso relativo” (LANCASTER, 2004, p. 65). Por isso, ao realizar o processo de descarte, o bibliotecário deverá analisar também os critérios qualitativos presentes na política de desenvolvimento de coleções da biblioteca. Desta forma, poderá ter ou não um menor rigor para as áreas que não tratam sobre Direito.

Para solucionar a subutilização das classes, o diagnóstico propõe o desbastamento total de aproximadamente 4900 itens.

A subutilização é mais complexa de ser interpretada, pois a insatisfação ou desinteresse, conforme indicado por Lancaster (2004, p. 60), pode estar sendo provocada por duas causas: (1) uma seleção equivocada ou (2) uma grande quantidade de itens obsoletos.

Deste modo, orientando-se em Slote (1997) buscamos identificar o conjunto exemplares com indícios de obsolescência ou desinteresse, o qual é denominado como “non-core collection”. No entanto, esta definição depende do método de “análise do tempo de estante”, também indicado por Slote (1997), o qual irá indicar empiricamente, um tempo de tolerância para retenção de itens através de um estudo de circulação (Objetivo específico “E”).

A aplicação do método de avaliação do ‘tempo de estante’ no acervo da Biblioteca “X”, apresentou os seguintes resultados (Tabela 4):

Análise do tempo de estante										
% de exemplares que circularam	2012		2013		2014		2015		2016	
	Dias	Anos/ Meses (aproximado)								
10%	10	1 mês	18	1 mês	21	1 mês	29	1 mês	30	1 mês
20%	21	1 mês	35	1 mês	46	2 meses	66	2 meses	79	3 meses
30%	36	1 mês	63	2 meses	91	3 meses	108	4 meses	132	4 meses
40%	67	2 meses	106	3 meses	149	5 meses	157	5 meses	182	6 meses
50%	116	4 meses	158	5 meses	201	7 meses	226	7 meses	262	9 meses
60%	181	6 meses	229	8 meses	308	10 meses	315	10 meses	387	1 ano, 1 mês
70%	291	10 meses	325	11 meses	447	1 ano e 3 meses	439	1 ano e 2 meses	543	1 ano, 6 meses
80%	485	1 ano e 4 meses	490	1 ano e 4 meses	591	1 ano e 7 meses	692	1 ano e 11 meses	792	2 anos e 2 meses
90%	1379	3 anos e 9 meses	950	2 anos e 7 meses	1050	2 anos e 11 meses	1061	2 anos e 11 meses	1231	3 anos e 4 meses
95%	1792	4 anos e 11 meses	1876	5 anos e 2 meses	1999	5 anos e 6 meses	1829	5 anos	1655	4 anos e 6 meses
99%	2488	6 anos e 10 meses	2736	7 anos e 6 meses	3016	8 anos e 3 meses	3141	8 anos e 7 meses	3406	9 anos e 4 meses
100%	3632	9 anos e 11 meses	3841	10 anos e 6 meses	3466	9 anos e 6 meses	4613	12 anos e 8 meses	4818	13 anos e 2 meses

Tabela 4 – Análise do tempo de estante.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017).

Os resultados da análise do tempo de estante demonstram que, em 2016, 95% dos exemplares foi utilizado nos últimos 5 anos, aproximadamente. Nos anos anteriores, de 2015 a 2012, o resultado também ficou em torno de 5 anos. Deste modo, definimos que o tempo de tolerância para ausência de usos na biblioteca “x”, deveria ser o de 5 anos (Objetivo específico “E”).

Todavia, este tempo pode ser modificado redefinido em cada classe de assuntos, de acordo com a política de desenvolvimento de coleções da biblioteca. Pois livros que tratam sobre História, por exemplo, não se tornam obsoletos, mas desinteressantes, pois a História não muda para tornar-se desatualizada.

Por isso, na tabela a seguir (Tabela 5) descrevemos, por classe de assunto, a quantidade de itens que estão a mais de 5 anos sem uso, e, portanto, já são considerados itens com indícios de obsolescência ou desinteressantes (*non-core collection*).

Como forma de facilitar a verificação da gravidade da obsolescência ou desinteresse, representamos, em números percentuais, a proporção do *non-core collection* em relação ao *core collection*, ou seja, o nível de obsolescência/desinteresse de cada classe e também do acervo como um todo. (Objetivo específico “F”).

Nível de obsolescência			
Classe (CDDireito)	Assunto	Non-core Collection	Nível de Obsolescência/ Desinteresse
000	Biblioteconomia e informática	34	60%
100	Filosofia	7	10%
200	Religião	2	33%
300	Sociologia	8	44%
320	Ciências Políticas	209	69%
340.1	Teoria e Filosofia do Direito	479	21%
340.3	Fontes do direito (legislação federal)	37	77%
340.7	Medicina legal	15	18%
340.9	História do Direito	120	38%
341	Direito Público	30	21%
341.1	Direito Internacional Público	76	26%
341.2	Direito Constitucional	437	25%
341.27	Direitos Humanos e fundamentais	120	20%

Nível de obsolescência			
Classe (CDDireito)	Assunto	Non-core Collection	Nível de Obsolescência/ Desinteresse
341.28	Direito Eleitoral	63	34%
341.3	Direito Administrativo	516	20%
341.32	Serviços Públicos	232	69%
341.347	Direito Ambiental	103	30%
341.374	Direito Urbanístico	64	52%
341.378	Direito Econômico	139	34%
341.38-39	Direito Financeiro e Direito Tributário	345	21%
341.43	Direito Processual Penal	38	8%
341.46	Direito Processual Civil	519	16%
341.5	Direito Penal	139	14%
341.6	Direito Previdenciário e Securitário	72	23%
342.1	Direito Civil	642	15%
342.1235	Direito imobiliário	251	62%
342.1247	Direito Agrário	101	53%
342.162522	Direitos da Criança e do Adolescente / Direitos da Mulher / Direitos do Idoso	56	35%
342.2	Direito Empresarial e Bancário	168	10%
342.3	Direito Internacional Privado	77	34%
342.5	Direito do Consumidor	52	30%
342.6	Direito Trabalhista	437	45%
342.68	Direito Processual Trabalhista	66	19%
343	Direito Canônico	11	12%
400	Terminologia Jurídica	8	73%
800	Metodologia da Pesquisa Jurídica	7	20%
900	História Geral	178	76%
Acervo Total		5858	23%

Tabela 5 – Nível de obsolescência

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Observou-se que 23% do acervo não circulou nos últimos 5 anos, isto indica que um quarto do acervo demonstra indícios de obsolescência. E isto não se deve apenas a área de baixo interesse, pois em algumas em classes que tratam sobre Direito, mais da metade ou quase metade dos exemplares não circularam nos últimos 5 anos. Este diagnóstico orienta, portando, um amplo processo de desbastamento, que deverá avaliar cada livro do *non-core collection* qualitativamente, a fim de definir se ainda há motivos para mantê-los no acervo.

Por fim, na análise a seguir (Tabela 6), compara os dados de “percentagem de uso esperado”, das classes subutilizadas, e os dados sobre o “nível de obsolescência/desinteresse”, como forma de avaliar se as subutilizações seriam resolvidas apenas com o desbastamento de exemplares com indícios de obsolescência/desinteresse, ou se os livros adquiridos recentemente (*core collection*) não estão despertando interesse, o que indicaria um problema de seleção (Objetivo específico “G”).

A tabela (6) foi organizada por ordem de gravidade da subutilização, do mais grave ao menos grave.

Como resultado, nota-se que em algumas classes de assuntos, mesmo que se descartassem todos os itens com indícios de obsolescência/desinteresse ainda necessitaria reduzir exemplares do *core collection*. Neste caso, tais exemplares são aqueles que mesmo sem terem sido utilizados, ainda não estão a mais de 5 anos no acervo.

Visto isso, indica-se que em algumas classes mesmo os livros adquiridos recentemente não estão despertando interesse, portando, diagnosticamos que há indícios que os critérios de seleção nestes casos não estão refletindo as reais necessidades dos usuários, por isso, consideramos que tais critérios deveriam ser revisados, a partir de um novo estudo da comunidade.

Causas da subutilização						
Classe (CDDireito)	Assunto	Porcentagem de uso esperado (normal = 100%)	Diagnóstico	Deveria reduzir	Nível de Obsolescência/ Desinteresse (non-core collection)	Redução necessária no Core Collection (adquiridos a menos de 5 anos)
200	Religião	0,0%	Subutilizado	-100,0%	33%	-67%
400	Terminologia Jurídica	0,0%	Subutilizado	-100,0%	73%	-27%
900	História Geral	3,8%	Subutilizado	-96,2%	76%	-20%
340.9	História do Direito	21,7%	Subutilizado	-78,3%	38%	-40%
000	Biblioteconomia e informática	32,1%	Subutilizado	-67,9%	60%	-8%
320	Ciências Políticas	32,4%	Subutilizado	-67,6%	69%	0
342.1247	Direito Agrário	34,3%	Subutilizado	-65,7%	53%	-13%
340.3	Fontes do direito (legislação federal)	34,8%	Subutilizado	-65,2%	77%	0
343	Direito Canônico	37,7%	Subutilizado	-62,3%	12%	-51%
342.3	Direito Internacional Privado	43,2%	Subutilizado	-56,8%	34%	-23%
340.1	Teoria, filosofia do direito	43,5%	Subutilizado	-56,5%	21%	-35%
341.1	Direito Internacional Público	46,5%	Subutilizado	-53,5%	26%	-27%
341	Direito Público	48,2%	Subutilizado	-51,8%	21%	-31%
342.2	Direito Empresarial e Bancário	55,5%	Subutilizado	-44,5%	10%	-34%
342.1235	Direito imobiliário	56,8%	Subutilizado	-43,2%	62%	0
342.68	Direito Processual Trabalhista	57,7%	Subutilizado	-42,3%	19%	-23%
341.28	Direito Eleitoral	71,5%	Subutilizado	-28,5%	34%	0
341.32	Serviços Públicos	72,6%	Subutilizado	-27,4%	69%	0
342.6	Direito Trabalhista	73,8%	Subutilizado	-26,2%	45%	0
341.378	Direito Econômico	79,6%	Subutilizado	-20,4%	34%	0
342.1	Direito Civil	82,1%	Subutilizado	-17,9%	15%	-3%
800	Metodologia da Pesquisa Jurídica	82,5%	Subutilizado	-17,5%	20%	0
341.5	Direito Penal	88,5%	Subutilizado	-11,5%	14%	0

Tabela 6 - Causas da subutilização

Fonte: Elaborado pelo autor

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As bibliotecas especializadas atendem a usuários criteriosos, pois suas necessidades informacionais irão, na maioria das vezes, dar subsídio de atividades profissionais igualmente exigentes, e, sobretudo, importantes à sociedade por estimular seu desenvolvimento. Podemos citar, por exemplo, o desenvolvimento de pesquisas científicas, de atividades industriais, de atividades judiciais, entre outras.

Portanto, este exemplo apenas reforça que os bibliotecários deveriam estar cada vez mais empenhados em buscar a eficiência das coleções de suas bibliotecas para, através delas, ampliar os efeitos que produzem na sociedade. No entanto, isto necessariamente depende do desenvolvimento de boas práticas metodológicas de avaliação.

Além disso, podemos analisar de forma literal que Ranganathan (1931), ao apresentar a 5ª lei da biblioteconomia: “a biblioteca é um organismo em crescimento”, enfatiza metaforicamente a importância da avaliação. Pois um organismo é possui essencialmente um estado de constante mutação, renovando suas células envelhecidas que perderam sua capacidade de contribuição como função essencial à sua adaptação ao ambiente. Deste modo, ao categorizar as bibliotecas como organismo, o autor nos leva a refletir que a biblioteca também deve estar em constante adaptação para que mantenha sua qualidade e vitalidade, no que diz respeito ao alcance dos resultados desejados. A descoberta sobre às necessidades de adaptação só poderá ser realmente verificada com o processo de avaliação do acervo, que indicará os insumos – comparáveis às células – que já não têm a capacidade de contribuir ao “organismo”, conforme planejado quando foram selecionados.

Por isso, ao final deste estudo tem-se a satisfação de poder de colaborar, de alguma forma, ao campo de avaliação de bibliotecas especializadas, pois foi verificado que a seleção dos métodos aplicados neste estudo guiaram a avaliação da coleção de maneira coesa e eficiente, fornecendo um diagnóstico completo e seguro, pois, além de identificarem empiricamente as inadequações da coleção, indicaram as origens do problema. E apenas com os dados sobre a quantidade de exemplares e usos, que já estavam disponíveis para apreciação, foi possível atender a todos os objetivos (geral e específicos) propostos inicialmente.

Não foi identificado em nossas pesquisas nenhum outro estudo nacional ou estrangeiro que tenha se utilizado deste conjunto de métodos para a avaliação de coleções. Também não foi identificado, na literatura nacional, nenhum estudo que verificasse empiricamente a existência de algum padrão de uso, definição de tolerância para ausência de usos e aplicação de uso relativo para justificar o desenvolvimento das coleções.

Portanto, tem-se também a satisfação de apresentar neste estudo uma nova perspectiva de avaliação de coleções, que reforçou o caráter científico da biblioteconomia ao verificar a eficácia e eficiência dos métodos de previsão do comportamento da comunidade em relação ao uso do acervo – conforme demonstrados em estudos estrangeiros de Slote (1997), Lancaster (2004) e Evans (2005) – à avaliação do acervo de uma biblioteca especializada no Brasil.

Devido à limitação necessária que um trabalho de conclusão de curso requer, não pudemos desenvolver neste estudo outras práticas que, agregadas aos métodos indicados neste estudo, poderiam levar a avaliações ainda mais precisas.

Porém, indicamos que o registro dos pedidos não atendidos, por exemplo, poderia fornecer um conjunto de dados valiosos à identificação das reais demandas informacionais, tendo assim, grande potencial para demonstrar os títulos de alto interesse que a biblioteca ainda não possui ou necessidade de duplicatas, ambos para solucionar as superutilizações. Também poderia facilitar a avaliação de classes subutilizadas, ao indicar se os usuários têm interesses por livros com características distintas aos que a biblioteca possui ou se a falta de interesse em determinados assuntos é algo natural naquela comunidade.

Também não foi possível avaliar outros tipos de materiais bibliográficos tais como periódicos, assim como os livros de referência. No entanto, para alcançarmos novos níveis de qualidade em nossas bibliotecas o desenvolvimento de práticas de avaliação para outros materiais também se torna evidentemente necessárias. Quanto a isto, Lancaster (2004) apresenta diversas metodologias para avaliação destes materiais, que poderiam ser empregadas e investigadas sua adequação em nossas bibliotecas.

Percebido o valor da avaliação quantitativas em bibliotecas a partir da revelação de suas contribuições – que condizem com o empirismo necessário da Administração, o qual baseia seu planejamento em dados e indicadores para trazer maior segurança as suas decisões – podemos definir que pela ausência de estudos

quantitativos nacionais para avaliação de bibliotecas, percebidos durante a pesquisa para este trabalho, nossos profissionais, em grande parte, ainda não reconheceram a importância deste tipo de avaliação.

Por isso, espera-se que este estudo tenha despertado também a conscientização sobre a necessidade de mudança de postura dos bibliotecários em relação a busca de qualificações e desenvolvimento de ferramentas que os tornem mais aptos a administrar suas coleções de forma mais eficiente. Cabendo também às escolas de Biblioteconomia o auxílio ao alcance deste objetivo, ao formar profissionais mais preparados para lidar com interpretação de dados, aplicações estatísticas e com conhecimento metodológico sobre avaliação. A possível deficiência de nossos profissionais nestes quesitos podem ser os motivos que fizeram a avaliação de caráter quantitativo em bibliotecas não ter tido, ainda, um bom desenvolvimento no Brasil.

Sem dúvidas, estas mudanças de postura são etapas de processo que permitirá que nossas bibliotecas alcancem, cada vez mais, níveis superiores de qualidade e, conseqüentemente, uma maior contribuição às suas comunidades.

REFERÊNCIAS

AGUILLAR, W. The application of a relative use and interlibrary demand in collection development. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 62.

ALMEIDA JUNIOR, O. F. **Avaliação de serviços desenvolvidos no serviço de referência e informação em Bibliotecas públicas**. 1999. Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BONN, G. S. Evaluation of the collection. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 61.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos**. 3. ed. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgsaude/files/2008/10/nbr_14724_apresentacao_de_trabalhos.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2017.

BONN, George. Evaluation of the collection. In: EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collections**. 5. ed. Connecticut: Libraries unlimited, 2005.

BUCKLAND, M. K. An operations research study of a variable loan and duplication policy at the University of Lancaster. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 62.

DOWLIN, K.; MAGRATH, L. Beyond the numbers: a decision support number. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 61.

EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collections**. 5. ed. Connecticut: Libraries unlimited, 2005.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Avaliação de coleções e estudo de usuários**. Brasília: Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, 1979.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

FURH, N. Evaluation of digital libraries. In: HOMMERDING, Nádía Maria dos Santos. **Em busca da avaliação de bibliotecas digitais: caminhos e descaminhos**. 2007. 217 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.

FUSSLER, H.H.; SIMON, J. L. Patterns in the use of books in large research libraries. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

HERNON, Peter; ALTMAN, Ellen. **Assessing service quality**: satisfying the expectations of library customers. 2. ed. Chicago: American Library Association, 2010.

HOMMERDING, Nádía Maria dos Santos. **Em busca da avaliação de bibliotecas digitais**: caminhos e descaminhos. 2007. 217 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.

IGAMI, Mery Piedad Zamudio. **A avaliação de desempenho na gestão das bibliotecas especializadas nos Institutos Públicos de Pesquisa**. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

JAIN, A. K. Sampling and data collection methods for a book-use study. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 58.

JENKS, G. M. Circularion and its relationship to the book collection and academic departaments. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 61.

KENT, A. et al. Use library materials: the University of Pittsburs study. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 62.

LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LINE, M. B. Review of use of library materials: the University of Pittsburg sduy. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOCKETT, B. Guide to the Evaluation of Library Collections. in: EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collections**. 5. ed. Connecticut: Libraries unlimited, 2005.

LUZ, G.M.S. **Bibliotecas universitárias**: um modelo de avaliação de desempenho. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1989.

MILLS, T. R. The University of Illinois Film Center collection use study. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 60.

NEWHOUSE, J. P.; ALEXANDER, A. J. An economic analysis of public library services. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 51

OBERHOFER, C. A Disponibilidade de documentos: um modelo de avaliação de satisfação de demanda em bibliotecas universitárias. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 10, n.1, p. 47-58,1981.

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **The five laws of library science**. Madras: Library Association; Londres: Edward Goldston, 1931.

RESEARCH LIBRARY GROUP. Conspectus. In: ONLINE COMPUTER LIBRARY CENTER. Creating the Conspectus. 2017. Disponível em: <<http://www.oclc.org/research/activities/conspectus.html>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

SLOTE, Stanley J. **Weeding library collections: library weeding methods**. 4. ed. Colorado: Libraries unlimited, 1997.

TRUESWELL, R. W. User circulation satisfaction vs. size of holdings at three academic libraries. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 62.

VAN HOUSE, N. A. Output measures for public libraries: a manual of standardized procedures. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 61.

VAN HOUSE, N.A.; WEIL, B.T., McCLURE, C. R. Measuring academic library performance: a practical approach. In: IGAMI, Mery Piedad Zamudio. **A avaliação de desempenho na gestão das bibliotecas especializadas nos Institutos Públicos de Pesquisa**. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de comunicações e artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

WEITZEL, Simone da Rocha. **Elaboração de uma política de desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006. Niterói: Intertexto, 2006.

WENGER, C. B et al. Monography evaluation for acquisition in a large research library. In: LANCASTER, F. Wilfrid. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. p. 61.